

Kênia Sousa Rios

Os usos da narrativa

Escrita e oralidade



u
Imprensa
Universitária

**COLEÇÃO
DE ESTUDOS DA
PÓS-GRADUAÇÃO**

**EDIÇÕES
UFC**

Os usos da narrativa

escrita e oralidade

Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Universidade Federal do Ceará - UFC

Reitor

Prof. Henry de Holanda Campos

Vice-Reitor

Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Antônio Gomes de Souza Filho

Pró-Reitora de Administração

Prof.^a Denise Maria Moreira Chagas Correa

Imprensa Universitária

Diretor

Joaquim Melo de Albuquerque

Conselho Editorial

Presidente

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselheiros

Prof.^a Angela Maria R. Mota Gutiérrez

Prof. Ítalo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Kênia Sousa Rios

Os usos da narrativa

escrita e oralidade



Fortaleza
2016

Os usos da narrativa: escrita e oralidade

Copyright © 2016 by Kênia Sousa Rios

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Yvantelmack Dantas

Normalização bibliográfica

Luciane Silva das Selvas

Programação visual

Sandro Vasconcellos / Thiago Nogueira

Diagramação

Sandro Vasconcellos

Capa

Heron Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Bibliotecária Luciane Silva das Selvas CRB 3/1022

R586u Rios, Kênia Sousa.
Os usos da narrativa: escrita e oralidade / Kênia Sousa Rios. - Fortaleza: Imprensa
Universitária, 2016.
92 p. ; 21 cm. (Estudos da Pós-Graduação)
ISBN: 978-85-7485-232-4

1. História. 2. História oral. 3. Secas. I. Título.

CDD 981

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
AS TERRAS DO SEM FIM	9
O CONTO DA VIDA	19
A CIÊNCIA E A PROFECIA	29
NO TEMPO DE LUNÁRIOS E ALMANAQUES	37
O ENCONTRO COM A ÁGUA	49
LETRAS QUE CONTAM	63
BIBLIOGRAFIA	83

APRESENTAÇÃO

Esse livro junta alguns textos que fazem parte da minha tentativa de entender os percursos da narrativa oral, sobretudo na tensão com o mundo escrito. A voz, os gestos, histórias, contos, novelas, ganham sentido na linguagem oral, ainda que ela se manifeste, muitas vezes, na forma escrita. Os ritmos dissonantes, os movimentos corporais, seus altos e baixos, seus silêncios... apontaram-me as possibilidades de vislumbrar os modos de vida nas muitas conexões entre gentes e coisas. Nas imagens que eu tentei desenhar através de motes e perguntas localizadas, desvendou-se, a cada vez, o mundo todo.

Nos anos de 1998 a 2002, me empenhei em ouvir e gravar narrativas sobre a seca no Ceará, para compor minha tese de doutorado. Durante esses anos, os narradores criaram epopeias que funcionaram como feixe de sedução. E o desejo, aqui manifesto, foi o de perscrutar palavras, mas também coisas, gestos e com elas construir sentimentos junto com os narradores. Por isso mesmo, a perseguição maior recaiu sobre o movimento dos sentidos e a possibilidade de combinações semânticas, criadas no momento da enunciação.

Nestas memórias, o castigo, a fé, o medo, a conquista, a honra, a frustração são palavras encarnadas no corpo, na casa, no quintal, nos bichos, nos nomes, nas festas. Como diria Bergson (1990, p. 11) trata-se de uma “Memória que é Matéria”. Por isso mesmo, completa o autor: “o corpo, objeto destinado a mover objetos, é portanto um centro de ação; ele não poderia fazer nascer uma representação”.

As histórias presentes nesse livro foram apontadas com o dedo e narradas com a voz. O jogo estava lançado e cada um manipulou, a seu modo, as cartas.

AS TERRAS DO SEM FIM

A Terra do Sem Fim está presente no ciclo do “Conto Maravilhoso” e sugere um lugar de Fartura e Bonança. Lá, existiriam árvores gigantes, jardins e riqueza. Conforme o estudioso russo Vladimir Propp, é comum encontrar descrições desse Reino como uma ilha cercada de rios com uma imensa variedade de árvores e toda espécie de frutos (PROPP, 1997, p. 343). Assim, a Terra do Sem Fim seria o território do “outro” ou o “nunca visto”: a síntese utópica dos pobres, que esperam a boa nova das profecias ou migram em busca de uma “vida melhor”, como é o caso de João, em um conto intitulado “Abre-te Suzana”, coletado pelo pesquisador Francisco Assis de Sousa Lima no Cariri. Pelos sertões do Brasil, aparece na construção imagética de lugares como o País de São Saruê, a Cocanha ou as Terras do Sem Fim:

Contam que no meio do sertão brabo, nos confins do Ceará tinha um sujeito de nome João que era muito pobre. Onde tinha uma roda de gente, ele afirmava que um dia ainda seria um Homem. Argumentava que iria mostrar pra uns tais que diziam que pobre não é homem, não é mesmo de nada. Mas ele queria ser. Passou muitos anos com aquilo na cabeça e não sabia direito como realizar o desejo de ser Homem de verdade, respeitado, menos humilhado. Para sair daquela situação de miséria, João tinha que tomar uma decisão. Aí quando foi um dia ele disse:
– Sabe de uma coisa, mulher? Eu moro aqui na terra de seu Fulano, e aqui de pobre eu não passo. Pra morrer pobre não pre-

cisa de vexame, mas ... Eu vou andar por aí, vou andar pelos matos, vou ver o que eu encontro por aí pra nós morar, e não ser sujeito a ninguém. Se for preciso, comer só fruta braba.

A mulher:

– Homem, pra onde é que tu vai? Tu não sabe que a gente é pobre, tem que ter comportamento?

– É, mas já me abusei de ser pobre. Eu vou me alongar dentro dos matos e pronto.

– Você num faça isso!

– É, mas eu vou andar assim mesmo. Eu vou andar. Andar. Porque a gente andando, quem sabe? Cobra que não anda não engole sapo. E a gente andando pode até ser que arrume uma felicidade e eu espero ainda ter em casa.

– Pois vá. Disse a mulher.

João pegou um saco, botou nas costas e ganhou o mundo (LIMA, 1985, p. 151).

Durante o ano de 1942 muitos Joões tiveram a chance de sair de casa, tomar a estrada, percorrer territórios desconhecidos. Para isso, não foi preciso apenas esforço individual. Os habitantes do sertão cearense puderam ganhar o mundo em bandos. E ao que tudo indica, todos tinham uma mesma certeza: andar era a única forma de mudar a sorte. Ainda que fosse preciso arriscar a vida e “só comer fruta braba”.

Movidos pelo desejo de sair pelo mundo, nos anos de 1942 e 1943, os cearenses puderam aliar seus mitos e utopias a uma conjuntura local e internacional: havia uma seca em curso e, além do mais, o “mundo” precisava da borracha produzida no Brasil.

Nesse período, o trabalho que abarcaria os “corpos ociosos” não estava no Ceará. Ele seria feito longe, em terras pouco habitadas, na vastidão amazônica. As descrições dessas terras impulsionavam uma infinidade de narrativas fantásticas sobre o lugar da bonança. E, como é frequente nos contos, ele estaria associado ao perigo e ao risco de vida. No imaginário popular, esse lugar poderia atender pelo nome de Cocanha, São Saruê ou até mesmo o Marco do Meio do Mundo (em diferentes culturas, esses nomes fazem referência a um lugar de fartura, bonança, proteção e outros elementos que compõem a utopia dos po-

bres do campo: para se chegar até eles, é preciso enfrentar muitos desafios e ser digno das recompensas).

Mas, na imprensa local, a aventura não se revestia de aspectos tão fantásticos, e os discursos do poder administrativo apontavam razões assistencialistas para justificar a expatriação dos trabalhadores. A seca era o cenário de horror necessário para o emprego urgente dos braços desocupados. Ajudados pela nobre ideia de que o nordestino, mesmo castigado pela estiagem, não aceita esmolas, os poderes instituídos se empenharam no embarque dos destemidos patriotas.

De um lado o Estado incentivava a ação pátria, de outro, os sertanejos se preparavam para botar o saco nas costas e concretizar a fábula tantas vezes contada no alpendre, em noites de lua. Mas as mesmas narrativas preveniam que nem sempre era possível voltar. A advertência, contudo, não impedia a saída semanal de caminhões cheios de gente em direção ao Norte do país ou, quem sabe, em busca do sol quente (RIBEIRO, 1986, p. 29).¹

Nas imagens de propaganda da Amazônia como lugar “onde tudo dá”, o Astro-Rei quase sempre está ausente. Os cartazes desenhados por Jean Pierre Chabloz sugerem uma Amazônia paradisíaca onde todos os caminhos seguem em frente. Em seus painéis, o sol não aparece a não ser em filetes de luz que atravessam a sombra das grandes árvores. Não há dúvida, o sol tórrido que mortifica o sertão ficaria para trás. Nos anúncios, o sertanejo era esperado do lado da sombra; só depois da chegada, ele perceberia que a tímida luz solar das imagens de Chabloz também podia indicar o lado sombrio das terras do Norte.

Era preciso ressaltar uma Amazônia diferente daquela visitada pelos cearenses no final do século XIX. Afinal, de lá para cá (1942/43), muitos haviam voltado e as narrativas, embora envolventes, nem sempre tinham finais felizes.

¹ De acordo com Leda Ribeiro, existe um mito helênico que narra a ideia de que o astro rei, ao se pôr a cada tarde, visita as Ilhas dos Bem-Aventurados. No dia seguinte, volta a iluminar a Terra. Desse modo, o mundo farto estaria localizado para os lados do poente (RIBEIRO, 1986, p. 29).

No episódio anterior, configurado pelos horrores da seca de 1877, muita coisa não saiu como anunciado. Segundo alguns relatórios oficiais, aproximadamente 35 mil retirantes deixaram o Ceará entre janeiro e junho de 1878 em busca da “terra prometida”. O que não aparece de modo claro nos relatórios e relatos jornalísticos é o movimento da vida dos homens e mulheres que seguiram nessa direção. Mas algumas narrativas propiciam inusitadas imagens sobre “um Paraíso Perdido” no meio da Selva Brasileira.

Assim, vale destacar trechos da descrição que Euclides da Cunha faz sobre a vida dos seringueiros em fins do século XIX e início do século XX. Seu relato indica que nem sempre o “fantástico” esteve presente na vida desses homens que deixaram seus lares para se aventurar por esquinas fluviais. O autor ressalta que

[...] o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável. É que realmente, nas paragens exuberantes das héveas e castilosas, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo. De feito, o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, se não o freguês jungido à gleba das “estradas”, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se (CUNHA, 2000, p. 127).

É provável que o riso, definido por Euclides como irônico, faça parte das tentativas dos migrantes de tornar aquela vida menos hostil. Ele salienta que as possibilidades de encontro com restos da terra natal estão quase sempre marcadas pela dor. Mas é na festa do Sábado de Aleluia que o autor atenta que os cearenses “desforram-se de seus dias tristes [...]”. É um desafogo. Ante a concepção rudimentar da vida santificam-se-lhes nesse dia, todas as maldades. Acreditam numa sanção litúrgica aos máximos desliz[...].” (CUNHA, 2000, p. 173). Euclides da Cunha nos sugere pensar na forma de celebrar a data como uma espécie de perdão temporário e um retorno dos condenados ao lar.

A magia desse dia recolocaria a vida no Amazonas como parte de uma aventura do mundo encantado em que monstros e bruxos podem

ser vencidos pela coragem e esperteza. Nesse caso, a batalha é com sua própria imagem. O olhar atento do autor observa o seringueiro transformando-se no “excomungado pela própria distância que o afasta dos homens” (CUNHA, 2000, p. 174). Ele passa a ser o condenado. É o homem metamorfoseado no monstro que deveria combater; ele é o próprio Judas. Sujeito que se deslocou até aquele mundo insólito em nome da “ambição maldita” e esse “pecado seria o seu próprio castigo”. Euclides continua sua descrição optando pelo viés da narrativa fabulosa, na qual homens e feras se enfrentam sem uma clara definição de quem é um ou o outro. Desse modo, assevera o pesquisador: “o que lhe resta a fazer é desvendar sua maldição e arrancá-la da penumbra das matas, mostrando-a, nuamente, na sua forma apavorante, à humanidade longínqua” (CUNHA, 2000, p. 175).

O nordestino, o sertanejo, o flagelado, o peregrino, o herói, o monstro, o Judas... são todas faces de indivíduos com histórias em eterna marcha. Corpos inquietos e perpetuamente seduzidos pela estrada. Habitantes de lugares onde a seca, a miséria constante, a exploração, mas também a altivez, os desejos e os delírios são partes de uma vida sofrida e fabulosa. Elementos que se entrelaçam na ordem do viver encantado de homens, mulheres e crianças que falam da luta pela sobrevivência nas formas do mundo e do além-mundo.

A mobilização dos administradores para convencer a população do “necessário” deslocamento a outros territórios estava assentada na ideia de que as gentes do Ceará possuíam a índole apropriada para povoar terras pouco habitadas. Além disso, destacavam a força física e coragem para o trabalho. Em períodos de seca essa afirmação se materializava na organização de políticas de migração do nordestino em larga escala. A seca propiciava, a um só tempo, a ação dos grupos do poder e facilitava a “conquista de mundos” por parte dos sertanejos.

Durante a seca de 1932, por exemplo, muitos cearenses foram sistematicamente enviados para as terras do Norte e do Centro Oeste, nomeadamente, Pará e Goiás. A missão principal era habitar e desencadear o desenvolvimento em espaços pouco promissores. A migração era uma das consequências da seca indicada nos periódicos daquele ano. No Jornal O Povo do dia 17 de maio de 1932, as diversas crises climá-

ticas aparecem como o grande motivo para o afastamento dos cearenses de sua Terra. Contudo, conclui:

A zona do Nordeste representa o papel de mãe ingrata, paupérrima, cujas tetas não alimentam os próprios filhos. O homem aqui sempre lutou muito mais que seu irmão do restante do Brasil. Como não há mal que não traga um bem, no expressivo dizer popular, por ser assim caldeado no sofrimento, o nordestino se afigura o tipo mais forte da raça brasileira e por isso é que ele lá fora, sabe triunfar com relativa facilidade, sendo considerado, nisso se lhe fazendo justiça, o trabalhador infatigável, o operário por excelência, com a vantagem de adaptar-se às asperezas de qualquer indústria ou meio de vida [...] Só terão a lucrar e muito os Estados que os acolherem... (Jornal O Povo, 17/05/1932).

A famigerada seca de 1932 não deixou grandes brechas para opiniões contrárias à expatriação dos cearenses. Como afirma o jornal daquele ano de 1932 “um justo preconceito nos induz a condenar o êxodo de nossos patrícios [...] mas, desde que não temos pão nem trabalho para mantê-los presos à gleba natal, os filhos dessa terra flagelada não têm muitas opções...” (Jornal O Povo, 17/05/1932).

Diferente de 1932, a seca de 1942 não teve a mesma intensidade. Os ricos dessa década precisaram de um discurso mais elaborado e talvez mais forçado para registrar na imprensa a justificativa para o êxodo de tantos cearenses em direção ao já conhecido e temido território amazônico. As elites daqui estavam habituadas a sustentar medidas polêmicas em nome das tragédias climáticas. E como o ano de 1942 chegou anunciando um inverno precário, a solução discursiva foi encontrada. Em face do reduzido volume de água caído do céu, as autoridades começaram a alarmar sobre os problemas da seca a partir de abril. E no mês seguinte, o tema passa a ser apresentado nos periódicos do Estado.

Nos primeiros dias de maio, o interventor Menezes Pimentel enviou relatório ao governo federal contando “pormenorizadamente o que se passa neste trecho torturado do território pátrio, é de molde a que possam julgar das necessidades inadiáveis de auxílio às massas humanas, mobilizadas em procura de salvação” (Jornal O Nordeste,

08/04/1942). Seu relatório reforça a urgência de auxílio do governo central. Não obstante, havia uma diferença de tom em relação ao registro jornalístico da seca de 1932, pois, neste ano, o tema fora estampado nas primeiras páginas de todos os jornais locais. Ao contrário, a seca de 1942 raras vezes ocupou lugar de destaque na imprensa e em junho quase não se via o assunto nos periódicos.

Antes do sumiço da seca de 1942 na imprensa, a transição foi anunciada com cuidado. A vida simples e prática do sertanejo, segundo minuciosa descrição do jornal *O Nordeste* de 14 de abril, sugeria um modo de existir e ser feliz sem grandes exigências, de fácil reconstrução em qualquer lugar. Como salienta o jornalista:

É típica e pitoresca a habitação do sertanejo. Quase sempre muito pobre e modesta. Construída de taipa e entrançada com palha. Móveis, as vezes são tamboretas e caixões de gaz ou sabão e uma mesa a um canto. O pote d'água com o caneco em que todos bebem não falta, trepado na cantareira. Na camarinha as redes ou as lendárias tipóias servindo de catre no escuro dessa alma boa e generosa que nasceu no Ceará. Não obstante tamanha simplicidade, vive feliz o caboclo ativo e trabalhador destas plagas (*O Nordeste*, 14/05/1942).

Ainda no mês de maio a seca começou a sair de cena e já era notório nos jornais o tema que seria destaque durante os anos de 1942 e 1943. O jornal *O Nordeste* destacava o impressionante volume de retirantes que já havia embarcado para a Amazônia. Até o dia 15 de maio já seriam 6.000 cearenses a caminho do extremo Norte (*O Nordeste*, 15/05/1942).

Até outubro de 1942, ainda não era a fabricação da borracha o grande apelo patriótico. Nos jornais da cidade, o metal destacava-se no envolvimento dos cearenses com a II Guerra Mundial. A arrecadação do estanho, ferro, aço e alumínio concentrava o esforço de guerra dos fortalezenses. Naquele momento, essa ação deflagrada no espaço urbano ganhava maior cobertura jornalística no quesito patriotismo, transformando seus participantes no que poderíamos chamar de “soldados do metal”. Todos os dias, as principais instituições públicas e

privadas, associações beneficentes, fundações e outros meios anunciavam o erguimento de uma “Pirâmide de Metal”. Elas estavam em toda parte, davam prestígio ao grupo empenhado e movimentavam a cidade, aliando o chamado “esforço patriótico” às badalações típicas da elite nordestina no período. Bailes, festas, bingos, festivais e concursos apresentavam as diversas Pirâmides e seus realizadores.

Em fins de 1942 o presidente Getúlio Vargas assinou a portaria para a criação do Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia, o SEMTA. O órgão passou a ser o principal responsável pelo alistamento, organização e envio dos nordestinos para o Norte, e tal movimentação fez de 1943 o ano da borracha.

O SEMTA ocupava diariamente espaço nos periódicos locais e os leitores podiam acompanhar e ter o controle da movimentação cotidiana dos asSEMTAados. Agricultores e outros trabalhadores do campo entravam em cena compondo a síntese do sentimento cívico e colaboracionista com as forças aliadas. Os guerreiros de histórias individuais, contadas ao sabor das fábulas populares, transformavam-se pouco a pouco em heróis de guerra, com nomes e fotos em destaque na imprensa de todo país.

Antes de seguirem para o Extremo Norte, os alistados ficavam alojados em Fortaleza num lugar chamado Pouso do Prado. Ali, passavam por uma espécie de treinamento e seleção a partir da constituição física e biológica. Os prováveis “soldados da borracha” eram vistoriados e selecionados pelo saber médico-científico. Seus corpos eram invadidos por aparelhos e agulhas que o imaginário dos contos não previra. Entre o inferno e o céu havia o purgatório.

Os desenhos de Chabloz fixam uma imagem paradisíaca para o lugar denominado antes de Inferno Verde. No ano de 1943, o Governo de Getúlio Vargas, através das imagens e cartazes do SEMTA, tentou transformar imageticamente a Amazônia em terra da esperança, terra da fartura, terra da bonança... assim diziam os painéis e propagandas.

E tudo indica que, de um jeito ou de outro, os alojados estavam dispostos a seguir viagem. A estadia no Pouso do Prado significaria para muitos só o primeiro portão. Algumas narrativas e versos populares sugerem que o indivíduo deve passar por portões e outros obstá-

culos para chegar ao céu ou aos marcos. Como propõe João Martins de Athayde, para alcançar o Marco do Meio Mundo:

Tem mais que atravessar
Um penhasco escalavrado
Lá é o pau que mais tem
Serpente de bote armado
Por ser muito peçonhenta
Quando bate a ferramenta
O pobre está liquidado.²

Em 14 de maio de 1943, um dos Joões – que botou o saco nas costas para ganhar o mundo – mandou as primeiras notícias da terra distante. A carta de João Fernandes ganhou circulação nacional e O Nordeste publicou trechos que julgou importantes. Desse modo, João conta, ou melhor, escreve: “Já abri minha estrada (estrada é o lugar que a gente prepara para fazer a extração da borracha) e estou em plena atividade. O dono da terra deu todos os instrumentos necessários para o serviço”. Sobre a viagem, João Fernandes registrou: “Só a viagem é que é pau e impacienta quem vem louco para chegar aos seringais, para trabalhar logo. O pessoal do SEMTA nos tratou muito bem, não faltou nada, nem comida, nem remédio, nem dinheiro” (Jornal O Nordeste, 14/05/1943).

Não sei dizer se os sertanejos tiveram acesso à carta. Nem mesmo arriscaria sugerir que aqueles que ainda esperavam sua vez de embarcar souberam do otimismo de João Fernandes. O certo é que a elite de Fortaleza podia dormir tranquila. Tudo estava em paz no Front. Novas caravanas de “soldados” continuavam saindo, sem polêmica, da capital.

Nesse movimento migratório, a seca de 1942 pouco servia de argumento. Desde outubro, as chuvas anunciavam plantios e inundações. Os sertanejos continuavam se alistando e a saída dos caminhões era registrada pelo click da Aba Film: alegria e coragem dos “soldados”

² Trecho do cordel de João Martins de Athayde, intitulado “Marco do Meio do Mundo” (LOPES, 1996, p. 123).

acenando com chapéus e braços firmes. Estava cumprida mais uma etapa até a “batalha final”, que certamente não era a da “borracha”, tampouco a fuga da seca. A miséria no sertão nordestino é constante e o desejo de sair dela também. Assim, os Joões botaram o saco nas costas porque “cobra que não anda, não engole sapo. E andando pode ser que arrume uma felicidade.”

Nas entrevistas de alguns ex-soldados da borracha concedidas à antropóloga Lúcia Morales, a seca de 1942 e o esforço de guerra são pouco salientados como as principais causas do deslocamento. Eles lembram, como o Sr. Luís, que “o trabalho do seringueiro é caminhar” (MORALES, 2002, p. 240). A síntese sugere que mesmo quando os nordestinos chegavam à Amazônia pouco existia o sentimento de prender-se a um lugar. Sertanejo transformado em soldado da borracha, o homem do sertão continuava errante.

Diferente do João da carta, o João do conto, citado no início do texto, buscava um lugar em que não fosse “sujeito a ninguém”. Penso que tal paradeiro não é fácil de encontrar e por isso mesmo sugere infinitas andanças. São Terras do Sem Fim. Horizonte que coloca o povo pobre sempre em marcha. Os que chegaram à Amazônia talvez tenham reconhecido que ainda não era ali O Marco do Meio do Mundo; quem sabe só mais uma etapa na eterna luta pela terra.

O CONTO DA VIDA

Carlos Rodrigues Brandão escreveu certa vez que é possível interromper a leitura de um romance em algum lugar, mas uma boa narrativa deve ser ouvida de uma vez só (BRANDÃO, 1998. p. 38). Depois de tantas histórias que ouvi, tendo a discordar ligeiramente do que disse Brandão. Diferente do romance, em que o leitor tem o controle sobre a pausa, no caso do conto contado, quem define o momento e o tempo da parada é o narrador. Ele reconhece o momento em que a interrupção não comprometerá o envolvimento do interlocutor ou dos interlocutores. Esse jogo de sedução garante-lhe a vida, a exemplo de Scheherazade.

E foi assim que seu José Walmir continuou definindo interrupções e continuidades nas histórias que foi me contando e que, segundo ele, não tinham fim. Histórias que misturavam contos e novelas às memórias de pessoas dali mesmo do lugar. Seu José anunciou que não contaria tudo de uma vez: “ia me contando...”.

Um dia – supostamente durante a seca de 1958 – é narrado por Seu José como algo extraordinário. Pelo ritmo em que a narrativa se desenrola, dá a impressão de que o inesperado pode acontecer a qualquer momento. Ele decide parar e nada de extraordinário acontece. O suspense continua e, com ele, uma ligeira frustração. Depois de alguns segundos, começo a pensar no fluxo de palavras usadas para hipnotizar o outro, como num jogo de advinha em que as perguntas do ouvinte vão sendo respondidas sem que sejam pronunciadas. Pelo movimento próprio do desejo de comunicar-se, de posicionar seu texto no lugar comum

que o torna possível porque fala em nome de uma legião de outras vozes, o que garante a sua existência como narrador.

Se arrumemo um dia de tarde, saímo do Morrinho mais ou menos seis hora da noite. Era trinta homens. Tudo com fome. Nós tinha matado uma carne. Levamo só um pedaço de carne seca. Outros levaram um bocado de farinha. Outro um pedaço de rapadura. Aí viajemo.

Quando foi mais ou menos doze horas da noite, nós tudo com fome. Paremo nos mato, daqui pra lá era tudo mato. Já era mais ou menos 36 quilômetros de pés. Paremo no caminho, asemo a carne e comemo. Todo mundo ali reuniu-se, aí saímo pra Santana. Andemo, andemo. Quando foi mais ou menos uma hora da madrugada, bateu uma sede medonha. Era muita sede e cadê água. Tudo seco. Tinha umas casinha lá no Sapó. Chegamos lá, o home já saiu morrendo de medo. Também aquela ruma de gente! Foi logo dizendo:

– Pelo amor de Deus, minha gente, eu sou pobre, num tenho nada pra dar a vocês.

Eu fui e disse:

– Não, mas a gente num quer assaltar, não. Nós só quer água.

O homem respondeu:

– Mas aqui a água é bem poquinha, eu tenho uma lata d'água aqui.

Aí trouxe a água, nós bebemo todinha a água que deixamo a lata seca. Era trinta home. Quando acabemo, ficamo morrendo de... de pena do pobre véi que ficou sem água. Aí nós demo a ele um quilo de farinha e duas rapadura. Era o que nós tinha.

Ele ficou muito alegre e disse:

– Eu fui no rio hoje e pesquei uma piabinha, vou aproveitar essa farinhazinha pra fazer já um pirãozinho pra eles.

Aí nós fomo embora. Passamo a noite todinha andando. Chegamo em Santana bem cedinho. Chegamo lá, fomo pra residência se alistar. O nosso feitor era do Morrinhos. Passamo o dia todinho. Deu doze horas, deu seis horas e esse lá sem despachar a gente. Quando foi mais ou menos dez horas da noite. Nós tudo ali sentado. Eu já tava até deitado, que tinha levado umas trouxas.

Nesse momento da narrativa intrigou-me a lembrança da tal residência, e como a fala do Seu José não se preocupou em definir, interrompi a narrativa para saber do que se tratava. Lancei três perguntas acumuladas: o que eram as residências? Onde o povo dormia? O que comiam? Mal terminei a última pergunta e Seu José foi logo dizendo: “Esperai, que a gente vai chegar lá.” Nada mais disse e foi logo continuando exatamente do ponto onde foi interrompido. Pouco interessava ao Seu José explicar o que era uma residência ou mesmo dar maiores esclarecimentos sobre aspectos “menores” da sua história. Ou como diria Walter Benjamin: “metade da arte narrativa está em evitar explicações” (BENJAMIN, 1994, p. 208). E antes de causar maiores perturbações no relato do Seu José, volto à sua narrativa. Afinal, diferente de um ouvinte, o leitor desse texto pode simplesmente ter saltado este parágrafo, evitando uma interrupção dupla de minha parte.

Aí, quando foi 10 horas mais ou menos, chegou um homem de Santana. Chegou e foi logo dizendo:

– Ei pessoal, eu tô fazendo uma turma aqui. Vou começar agora. Esse feitor que tava com nós num tinha arranjado nada.

E como das outras vezes, Seu José é novamente o porta-voz do grupo.

– Nós somo aqui trinta home, se o senhor quiser fazer a lista, pode fazer.

Tomou o nome de tudim. Subiu pra lá, aí chamou nós. Peguemo cada um uma fichazinha. Aí fomo pro fornecimento. Chegamo no fornecimento era uma e meia da manhã. Aí tiremo rapadura, tiremo carne do sul, farinha d’água. Fumo comer aquelas hora da noite. Aí o home olhou pra nós e disse:

– Olha, rapaz, num tem onde vocês dormir, vamo lá pra casa. Lá em casa tem um salão grande. A gente vai lá e dá um jeito, dorme no chão.

Aí nós fumo pra lá. Chegamo lá, ele perguntou:

– Vocês querem dormir na cadeia?

Eu disse:

– É o jeito, a gente num tem aonde.

Ele disse:

– O delegado é meu tio e o salão da cadeia é muito grande.

Aí foi dito e feito, de noite nós fomos dormir na cadeia. Todo mundo arrumou as redes lá. Todo mundo arrumou a rede lá. Trabalhamos a semana toda. Quando foi no fim da semana, nós voltamos pra Arara. Chegamos em casa sábado bem 8 horas da noite. Quando foi domingo de tarde, nós já tava se arrumando pra voltar pra Santana. Aí Seu Jaime (o prefeito) vinha, parou o carro e perguntou:

– Pra onde é que vocês vão?

Eu disse:

– Pra Santana trabalhar.

– Não vão, não. Vão pro Marco, que amanhã tem serviço no Marco pra vocês.

Aí nós ficamos felizes. Se alistamos lá na turma e ficamos lá.

O resto da história, Seu José foi contando...

As histórias de vida são narradas também na forma de contos. Tramas e formas que enredam o ouvinte nas aventuras da oralidade. Para alguns depoentes que encontrei, o ato de falar sobre qualquer tema, mesmo o mais íntimo, remete a ritmos que lembram os contos populares.

Esses contos inspiram as narrativas orais de certos narradores. As astúcias da vida cotidiana, proclamadas com a voz, lembram atos e personagens marcantes dos contos de diferentes épocas e lugares. Como uma ciranda de tempos diversos retirados da organização narrativa dos povos desde que começaram a se contar. Onde começa uma e termina a outra? Isso não é realmente o que interessa para os narradores, e, aliás, não há como traçar esta genealogia, e de minha parte, nem mesmo o interesse de realizar tal tarefa.

A circulação dos contos ocorria nos encontros noturnos. Como lembra outro senhor que entrevistei, era como as novenas de Nossa Senhora: cada dia o contador ia na casa de um. O contador de história era esperado com ansiedade pelo grupo, que, na maioria das vezes, já conhecia o repertório. Mas cada vez era diferente, dizia Seu José.

Nos contos, os personagens surgem em tramas e conexões que apontam traços da dinâmica cultural dos narradores e ouvintes. As histórias de vida se confundem com perfis de personagens presentes nessas novelas. Reis, cavaleiros e princesas se misturam ao palavreado local, e os enredos do cotidiano ganham o distanciamento ficcional necessário para a composição de uma boa história. De frente para seu público grande ou pequeno, o contador de histórias solta a voz. Francisco de Assis conseguiu reunir em seu livro dezenas de contos populares no Nordeste do Brasil. Entre eles, está o “Príncipe Santo São João”:

Existia um casal pobrezinho muito afamado, que vivia de pescaria. Eles só davam para apadrinhar os filhos deles, pessoas ricas. A pobre ele não dava para apadrinhar não. Então quando um dia nasce um menino. Aí ele falando com a mulher, disse:

– Ó, mulher, a quem nós damos esse menino pra ser padrinho? Porque os homens rico daqui da cidade todos são nossos compadre...

Ela disse:

– Ah! Ainda tem o rei.

– É mesmo, vou oferecer ao rei.

Mandou oferecer o menino ao rei. O rei aceitou de muito gosto. Batizaram o menino e deram o nome de João (LIMA, 1985, p. 135).

Assim como as narrativas de vida se assemelham aos contos, também os contos apresentam o movimento da vida cotidiana desses indivíduos. A temática central é, sem dúvida, a peleja entre ricos e pobres. Na oralidade, na escritura e na escritura oral dos folhetos, o núcleo é quase sempre o rico com o pobre, o pobre com o rico e cada um deles com a natureza, com a tecnologia, com os amores... São inesgotáveis ramificações dessa polaridade rico/pobre que gera e é gerada por outras combinações.

Nesse trecho do conto do príncipe São João, o que fundamenta a narrativa e a aproximação do filho com o reinado é justamente a possibilidade de torná-lo afilhado do rei – atualizando, poderia ser do patrão, do coronel ou do prefeito. A aproximação entre servo e rei, patrão e empre-

gado por meio do batizado, ou melhor, das relações de apadrinhamento, constitui um dos fundamentos da ligação entre ricos e pobres no sertão do Ceará. A referência aos desafios cotidianos, enfrentados pelos narradores e ouvintes, torna o conto mais imagético, quem sabe mais envolvente.

Por motivos descritos ao longo do conto, o rei resolve ficar com João na sua casa. O pai de João recebe um bilhete do rei informando sua decisão. Depois de ler o bilhete, o pai se volta para a mãe e diz:

– É mulher, o que você queria. Ontem ficamos com fome, nós e nosso filho. Hoje ficamos sem o nosso filho João porque o rei ficou com o menino, e ninguém pode fazer questão contra o rei.

A mulher retruca:

– Homem, deixa de ser besta, nós temos tantos filhos aqui que não sei o que é que faça e o rei pode educar João lá, coisa que nós nem sonha.

– É isso mesmo.

Lá, o rei botou João na escola junto com a princesa. Quando a princesa fazia, João também, passava o mesmo curso (LIMA, 1985, p. 157).

A mãe de João não aparece como uma personagem má. Quando diz que o filho pode ficar com o rei e que isso vai ser muito bom, não cria elos com sentimentos maternos geralmente expressos na literatura mais realista. Nesse caso, a mãe acha que o melhor para o filho é ficar longe dos pais. A propósito, nos clássicos contos europeus, tal decisão caberia a uma madrasta, que sempre tenta se livrar dos filhos do marido. A mãe de João não esperneia ou chora implorando para que o filho volte.

Quando chegam à voz dos narradores, alguns enredos são reinventados a partir das suas próprias alegrias e dores, dos seus desejos e angústias. A realidade e a ficção se apertam por nós cegos de tanto engergar. Como infere Carlos Rodrigues Brandão:

[...] a ética a que aponta a narrativa quase se aproxima de uma moral primitiva. Ela é direta, colada ao jogo cotidiano dos relacionamentos entre pessoas, entre as pessoas e as coisas, entre os vivos e os mortos. Seja qual for o tipo de narrativa, as metá-

foras de que ela se investe – e elas, em geral, são tão simples! – servem a tornar exemplar, como um conselho de vida, algo antes extraído da pura e direta matéria da própria vida. De como alguns seres sobre que se fala viveram aquilo que, entre o desejo e a realidade, ninguém mais e, no entanto, qualquer ouvinte poderia ter vivido. Poderia viver (BRANDÃO, 1998, p. 42).

De qualquer modo, diria Benjamin: “Seu dom é poder contar sua vida” (BENJAMIN, 1994, p. 208). O ato de contar vivifica a existência dos indivíduos no mundo.

A exemplo do “Príncipe João”, que foi dado ao rei por seus pais, no Ceará, muitas crianças são entregues para outras famílias criarem. Geralmente são padrinhos ou ricos que dificilmente lidam com esses novos integrantes como membros da família. A relação é, em geral, de submissão e exploração do adotado pelo “pai adotivo”.

Durante a seca de 1932, D. Maria Celestina foi dada por seus pais a uma família desconhecida. Quando fomos apresentadas, ela não queria me falar sobre a seca, disse que não queria lembrar de coisas tristes. Estava quase desistindo da conversa quando ela começou a contar as histórias que “aprendeu de ouvir os outros contarem”. As lembranças da mãe adotiva viraram uma história que D. Maria tenta contar, mas só para ouvintes escolhidos. Contar histórias não é o seu forte:

Mamãe contava essa história que meu pai (de verdade) já contou pra ela... Diz que nós vinha no trem, aquela ruma de criança pequena, na baldeação de um trem pra outro, já ficou um. É a mãe que contava pra gente... Meu pai, num sei, eu num conto dele... Ficou esta menina que ninguém encontrou mais. Eu tô contando o que a minha mãe contou. Minha mãe tava doente cada vez mais se arranchando. Meu pai achou que deveria dar as meninas. Aí começou a dar. Correu a notícia lá em casa. Minha mãe (adotiva) não tinha filho, meu pai tinha recurso... Aí a mamãe vei mais papai. Eu tava dormindo, quando acordei, foi um alarme medonho. Minha mãe (adotiva) disse que não tinha corage de me levar, levar uma filha assim, arrastando, tomar dos braços da mãe? Aí minha mãe disse:

– A senhora tem medo de choro?

Ela se cala.

Minha mãe disse:

– Mas eu não tenho coragem.

Meu pai disse:

– Pois então venha, quando for noitinha que ela vai tá dormindo.
E foi assim que a minha mãe fez...

Seus pais deram os filhos e as filhas e ficaram somente com um homem. Esse, conta D. Maria, foi preservado pelo pai para ajudá-lo nos trabalhos da roça. Na sua nova família, ela conseguiu frequentar a escola e ressaltava com orgulho: “Sempre estudei em escola particular”.

Nesse caso, João e Maria não fazem parte do mesmo conto, porém os dois tiveram oportunidade de estudar. D. Maria não virou princesa, mas estudou o suficiente para aprender a ler e a escrever. Gosta de ficar em casa, vendo novelas da televisão e lendo coleções enciclopédicas. Fez questão de mostrar as muitas que tinha em sua estante da sala. Desses livros, ela tenta tirar explicações para quase tudo que eu queria saber, inclusive o motivo para tanta seca no Nordeste.

Sobre as estiagens no Ceará, D. Maria não soube me responder de imediato e foi buscar o livro para tentar achar a resposta. De minha parte, eu a incentivava a dar alguma opinião, traçada pela sua experiência religiosa com a natureza. Mas não teve o esperado efeito. Os livros podiam responder com mais segurança...

Toda a sua história foi contada com certa dificuldade. D. Maria tem uma narrativa pausada e pontuada de cortes para fazer certas digressões. Tentava lembrar detalhes para não faltar com a verdade. Fez-se uma mulher da explicação, pelo menos para mim. D. Maria queria que fosse registrada no gravador uma opção pelo mundo da escrita, e mais do que isso, pela escrita impressa. É nela que, sobretudo, acredita. As enciclopédias da estante e os programas de TV confortam os seus dias. Em certo sentido, já não depende da memória. Para D. Maria Celestina, memória pode ser um verbete do livro que dá conta do intervalo de palavras entre o L e o N. A sequência dos livros é organizada na estante. O alfabeto se distribui de um lado a outro do móvel. Ali, ao lado da televisão, o mundo está ao seu alcance, disposto em ordem mais ou menos alfabética.

No conto de “João o Príncipe”, o que legitima a permanência do filho junto ao rei é a oportunidade de estudar, de se educar numa escola. Este conto recria, a partir da saga de João, um desejo de aproximação com as letras. Sair de casa para encontrar não apenas tesouros ou comida, mas a escola, o estudo. Os indivíduos que têm a vida fortemente marcada pela oralidade também sonham com seus filhos na escola. Para a maioria, com pouco estudo formal, sobreviver é verbo conjugado no imperativo. Como ressaltou outra entrevistada, falando de seus padrões médicos, “quem estudou tem poder”.

A peleja entre o oral e o escrito se urde de múltiplas formas. O conto narra também a vida cotidiana, e as histórias de vida relatam casos daqueles que enfrentam os “poderosos” com um saber criado no repente da vida. Em reinados diferentes, Joões e Marias sonham em estudar, enquanto um Jeca Tatu sai dos livros de Monteiro Lobato para se acocorar num canto do Cariri, e transformar-se no pai de um dos narradores dessa pesquisa: Seu Muriçoca. Eu, que observei tudo isso, arrisco algumas interpretações e até alguns versinhos:

A moça que vem da cidade
Com um gravador na mão
Ansiosa para ouvir histórias
Que ela não sabe contar,
Depara-se com tantas memórias
Que é difícil até lembrar...

“Tu é de Fortaleza? ” – perguntou-me, uma vez, a neta de um depoente. Fiquei curiosa para entender o motivo da pergunta. Ela, que tinha perto de oito anos, me respondeu: “É que vocês não sabem muito das coisas”.

Dizia isso ao mesmo tempo que enfiava a mão num buraco às margens do rio. Procurava caranguejo, enquanto eu lhe enchia de perguntas. Depois de tal resposta, calei-me e fiquei ali pensando sobre o caranguejo escondido no buraco. Acho que eu também precisava de um.

Eu era da cidade. Mas, afinal, o que mais me denunciava? O amontoado de perguntas na cabeça? O gravador? O caderno de ano-

tação sempre à mão? Para justificar o gravador, uso, entre outras coisas, alguns argumentos: preciso saber direito o que foi dito, para não contar diferente e não esquecer de nada.

Quando disse isso a Seu Mauro, ele riu e acho que só agora entendo melhor. Estava apresentando um argumento difícil de ser entendido por certos depoentes. Antes de mais nada, para os que participam do terreno da oralidade, uma história jamais é contada exatamente do mesmo jeito, então guardar na memória é recriá-la ao sabor da circunstância.

A oralidade reserva uma intimidade com a memória, que não é como um gravador ou um receptáculo de informação, por isso não existe a preocupação em memorizar tudo do jeitinho que foi visto ou escutado. As histórias contadas ganham força na medida em que são reinventadas pela intensidade do vivido. Jamais serão precisamente do mesmo jeito.

Do lado de cá, estou com o gravador, algumas fitas e o caderno de anotações. Certamente, muitas coisas ditas não estão gravadas ou anotadas, foram rastreadas pela minha própria memória. Do lado de lá, os narradores contam histórias do céu e da terra, de Deus e do diabo, da vida e da morte, do sertão e da cidade, da letra e da voz.

A CIÊNCIA E A PROFECIA

A década de 1950 não chegou trazendo boas notícias para o Ceará. Já nos primeiros anos, as dores de falta de chuva começaram a se anunciar. Os cientistas eram convocados pelo governo para fazer suas pesquisas e antever os efeitos da possível calamidade que se aproximava. O senhor Thomaz Pompeu Sobrinho, então Secretário da Agricultura do Ceará, destacava a contribuição dos conceituados meteorologistas sobre as previsões dos anos de 1951 a 1953.

O Secretário declarava em seus relatórios que a possibilidade de previsão das secas “a longo prazo não é uma utopia” (SOBRINHO, 1982, p. 71). Depositava sua crença no poder da Ciência e no discurso climatológico como sendo o único detentor da verdade sobre o tempo. Naqueles anos o Dr. Sampaio Ferraz – homem de renome nacional no domínio da climatologia – fez indicações “prévias e seguras sobre os anos de 1951 a 1953” (SOBRINHO, 1982, p. 71). Interessava perguntar-lhe sobre os prognósticos para o ano de 1954.

Ocorre que nesses anos em que o Dr. Sampaio Ferraz circulava nas páginas e academias científicas como destaque na produção do conhecimento climatológico, aqui no Ceará grande parte da população depositava crença em outro nome. Roque de Macedo era homem conhecido quando o assunto era a previsão das chuvas e secas. Para muitos habitantes de Fortaleza, era para Roque de Macedo que o tempo revelava seus maiores segredos. Aprendeu a soletrar o movimento dos bichos, a cópula dos insetos, o sentimento das ervas e as dores das plantas

desde que se viu gente. Como a maioria dos sertanejos, assistia à dança do mundo natural com intimidade e cumplicidade. O olhar desses homens não obedecia às regras do conhecimento científico formal.

Diferente dos objetivos da história natural, que se pautava num conteúdo prático e utilitário,³ a ciência desses homens se alimenta da tradição, da experiência que aproxima natureza e cultura, homens e bichos. Não se trata de conhecer para ter o controle e colocar o mundo natural a serviço do homem, mas de travar um diálogo intersubjetivo entre a natureza e o humano.

O profeta do tempo só consegue realizar suas previsões porque também ela faz parte da natureza que lhe fala. Não se trata da exterioridade com que a ciência oficial tratou o tema por longas décadas: homens de jaleco recolhendo amostras da fauna e da flora para serem examinadas em laboratórios com fins práticos ou para serem expostas nas vitrines dos museus naturais. Esses homens/profetos apontam não só para o que haverá com as nuvens no período próximo, mas principalmente indicam uma outra postura diante da natureza: conhecer e respeitar a subjetividade presente no mundo natural. Os bichos, as plantas e as águas se comunicam com alguns homens porque reconhecem neles algo familiar. Aquilo que muitos de nós resolvemos ocultar. Afinal, aprendemos com o século XVIII e XIX que o distanciamento da natureza garante aproximação com o mundo civilizado.

Esse afastamento criou a impossibilidade de enxergar a natureza a olhos nus. Binóculos, barômetros, birutas, lunetas e microscópios começaram a estabelecer a exterioridade do homem em relação ao natural. Não é mais o corpo humano que mira o céu, mas um corpo alargado pela técnica. Tentáculos metálicos que começaram a crescer e a devorar o que via em nome do progresso. Movimentos que foram fabulosamente traduzidos por Goethe na obsessão de Fausto pelo desenvolvimento: “natureza infinita, como poderei agarrá-la? Onde estão sua tetas, fonte de toda vida [...] por quem meu coração vazio anseia” (GOETHE, 2000, p. 207).

³ Refiro-me principalmente aos objetivos que fundam a ciência natural, tornando-a uma das principais aliadas do antropocentrismo nos séculos XVIII e XIX. Ver: THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 33.

Na contramão do sentimento de Fausto, ouvi uma declaração que rompe absolutamente com a ideia do homem como o centro de tudo. Em um desses dias de entrevista, nas longínquas paragens da caatinga, encontrei um senhor de mais ou menos 80 anos. Desacostumada a tamanho calor, distraía-me com a visão tremida do sertão imenso e seco. O volume da terra deserta era espantoso. Resolvi reclamar ao senhor a flagrante injustiça da natureza. Em tom de protesto, me dirigi ao velho: “Tanta terra e ninguém pode morar por causa da secura. É muito injusto, o senhor não acha?”. Sem grandes alardes, me respondeu: “não serve para o bicho homem, mas tem tanta coisa que vive tão bem na secura. Num vê os mandacarus, os xiquexiques, os tatu-peba...”

Saiu a arrolar os seres com possibilidade de sobrevivência relativamente tranquila naquele lugar. A leitura se realizou a partir de parâmetros que negam o homem como o único protagonista da vida na terra. Ao seu modo, engendrou uma crítica ao antropocentrismo.

Os profetas da chuva e todos os outros agricultores que, de certo modo, se irmanam com a natureza, sugerem reflexões para além da tradição de previsões do tempo. Colocam-nos em face de uma complexa articulação entre natureza e cultura, técnica e meio ambiente. Ademais, para muitos sertanejos a ciência e a tecnologia causavam (e ainda causam) desconfianças. Em entrevista que fiz ao Sr. José Valmir, em dezembro de 2000, deparei-me com uma história que corporifica melhor esta ideia. Conta seu José:

Nunca tinha ouvido falar em avião, nesse tempo não existia avião. Aí meu avô andava campeando [...] quando ele viu foi aquela azuada e o bicho voando no ar. O amigo dele correu se abraçou-se com o vovô.

– Manoel, corre que o mundo vai se acabar, o mundo vai se acabar. Me socorre, isto é o gafanhoto que o Padre Cícero dizia que ia acabar com tudo no mundo.

Aí o bicho foi embora. Depois pegaram a saber que era o avião.⁴

⁴ Entrevista realizada com o Sr. Jose Valmir Dutra, em 2000, por ocasião de minha tese de doutorado que trata das memórias da seca no Ceará.

Muitas invenções tecnológicas serviram de mote confirmatório para as profecias que circulavam no sertão do Ceará acerca do fim do mundo. Os sertanejos tendem a colocar em dúvida o que é produzido pela ciência com o discurso de proteção ambiental. Os profetas da chuva, em certo sentido, também participam dessa desconfiança. Alberto Galeno (1998, p. 37) destaca que um “profeta” de nome Assis Salgado, afirmava que “os aviões afastavam as nuvens provocando as secas. E mais, que a fumaça dos aviões era como se fosse veneno para o gado, causando morrinha nos bois, que ficavam tristes e arrepiados, terminando por se findar” (GALENO, 1998, p. 37).

A leitura do profeta, citado por Galeno, reitera a postura acusatória que muitos sertanejos têm em relação ao saber científico. Esses homens fazem uma interpretação peculiar sobre o discurso da ciência em relação ao mundo natural e, ao mesmo tempo, reforçam a imagem de que eles são os legítimos leitores da fauna e da flora. Afinal, o lugar de onde falam atribui valores quase familiares ao movimento da natureza.

O olhar nativo tem base na vivência cotidiana, por isso afirmam que “falam do que observam a vida toda”. Magalhães (1983, p. 17), destacado nome no estudo das experiências de sol e chuva, considera que

para os sertanejos tais experiências valem mais do que toda a ciência experimental dos doutores, porque são tradições orais que vêm de outras eras, legadas por seus maiores, homens experimentados neste mister. Daí a fé inviscerada que nelas depositam e que lhes mantém o tônus da esperança cheio de vitalidade. Quando alguém, em base científica, se aventura a predizer se o ano futuro é seco ou molhado, o caboclo sertanejo costuma ironizá-lo dizendo que “profecia de doutor não vale pra nada: quando diz que vem chuva é seca, quando pensa em seca o que parece é inverno grande.” No entender dos sertanejos, ninguém melhor do que eles conhece os problemas de sua região porque nela vivem e observam.

A possibilidade de prever o tempo é parte da vida. Contudo, isso não garante que todos os sertanejos consigam executar tal proeza. Desse modo, destacam-se aqueles que souberam ler com maior preciosismo o mundo natural. Esses devem sua missão com responsabilidade e gran-

deza. No Ceará, saber responder sobre chuva é tema sagrado. Nessa perspectiva, os cuidados e disputas se dão também numa esfera interna. Jósa de Magalhães cita em seu texto um caso contado por Luís Vieira sobre “certo indivíduo que assegurara que em tal ano as terras do Nordeste seriam assoladas de terrível seca. Como se não verificara tal previsão, o impostor quase fora linchado pelo povo” (MAGALHÃES, 1983, p. 138). Em outro caso, citado também por Jósa, o povo se zanga com um profeta que errou o prognóstico para 1950. Como não se viu a seca anunciada, “algumas pessoas pretenderam dar-lhe um banho na corrente tumultuosa de um rio transbordante, ‘pra não sê besta, pois só Deus sabe quando vem chuva’, diziam” (MAGALHÃES, 1983, p. 139). Os profetas sofrem algum tipo de desconfiança por parte dos sertanejos e, além disso, quem tem a última palavra sobre sol e chuva é Deus. Afinal, foi ele quem inventou os dois fenômenos naturais. Se algum profeta não faz as devidas referências à intermediação divina nos processos de previsão, corre o risco de retaliações por parte de seus colegas. Como sugere os versos do cordelista Lobo Manso (apud MAGALHAES, 1983, p. 139):

Aqui neste Ceará
Experiência não voga;
Todo profeta se afoga:
Marca chuva e não vem cá.
Deixei de acreditar
Na barra da Conceição
E na de São Sebastião;
Nada disso faz chover:
Depois de Deus não querer
Toda ciência é perdida.⁵

Vale considerar que o entendimento sobre a existência ou não de períodos de seca tem a ver, entre outras coisas, com a condição do merecimento. Seca é castigo. Chuva é mérito. Em face do sofrimento em

⁵ PIMENTEL, Altimar. *Sol e chuva, ritos e tradições*. Brasília: Thesarus, 1980, p. 57.

períodos de escassez, constrói-se uma imagem sagrada com a água, seja pela sua presença ou pela sua falta. Desse modo, é difícil acreditar que a solução para a seca venha dos homens. Em torno desse repertório de interpretações, há reforço da ideia de que a prática da previsão de chuva ou seca é dom dado por Deus. Se alguns profetas não conseguem exercê-lo é porque não conseguiram a aproximação devida com as coisas sagradas e puras, o que inclui certamente, as plantas e os bichos.

Em relação à ciência, que não fala em nome do sagrado, a desconfiança é ainda maior. Em muitas entrevistas que fiz, os sertanejos se colocaram descrentes em relação ao poder da técnica para resolver os problemas da seca. É ainda o senhor José Valmir, que, na mesma entrevista, brada a sua posição desconfiada: “Eu num acredito que homem nenhum possa resolver o problema da seca, o que ele pode é dá trabalho nas frente para gente num morrer de fome, mas resolver, acho que não. Isso só quem pode é Deus”.

Alberto Galeno também conta boas histórias sobre a disputa entre os homens de ciência e os homens do sertão. Lembra que o Nordeste enfrentava quatro anos de seca (1980/1984) precisamente previstos pelo CTA (Centro Tecnológico Aeroespacial). A calamidade, que impiedosamente se arrastava por tantos meses, foi mais uma vez prognosticada pelo Centro Aeroespacial. Depois de seguidos acertos, o Centro informou que o ano de 1984 seria também seco. Como ressalta Galeno, “mais um ano de seca significaria, certamente, o fim da própria espécie humana nas terras do Ceará”. Contudo, a população do sertão não se deixou abater pelas previsões dos sábios acadêmicos e resolveu reforçar o diálogo com “aqueles que poderiam sanar o problema”: os santos. Grandes romarias se espalhavam pelo Ceará pedindo a São José sua clemência. E aquilo que não pode ser visto pelos aparelhos aeroespaciais rompeu o céu. Como infere Galeno (1998, 17):

no dia 19 de março de 1984, aniversário do Padroeiro, aconteceu fato considerado por muitos como um verdadeiro milagre: começou a chover. A chuva caía aos borbotões [...] estavam, pois superadas as previsões do CTA para aquele ano [...] Ocorre que não era a primeira vez que os homens de ciência, com seus prognósticos de natureza meteorológica, enganavam-se.

Em outra história, Galeno lembra um episódio que vale a pena destacar. Trata-se do caso do engenheiro inglês que veio coordenar os trabalhos de construção do açude Poço dos Paus. O tal engenheiro havia armado o seu instrumental um pouco abaixo da grande barragem, jamais concluída. Eis que chega um trabalhador da construção a preveni-lo:

– Dotor, é bom Vossa Mercê retirar seus teréns daí, porque hoje de noite vai chover.

– Qual nada, caboclo. Respondeu o gringo.

– Isso que você vê ali é um pluviômetro. Ele está acusando: vento leste, tempo seco sem previsão de chuvas. O caboclo ia andando, quando o inglês o chama.

– Diga-me uma coisa: em que se baseia para dizer que hoje vai chover?

– Por causa do jumento, dotor. Veja como ele está suado? Jumento suando na sombra é sinal de chuva.

O gringo riu a mais não poder do que acabava de escutar. No dia seguinte era o caboclo quem ria da sabedoria do inglês, porque durante a noite, caiu um toró de matar sapo afogado. E os teréns do doutor foram levados pela correnteza.

Tudo indica que as previsões científicas também não inibem a fé dos santos. Não obstante, quando um prognóstico científico é desconfirmado, a ideia do milagre é reforçada. Ou seja, há uma relação de resistência e, em certa medida, de crença no saber técnico ainda que seja para ser desautorizado através do milagre dos santos.

A pejeja entre a ciência e o saber popular pode ser notada em múltiplas esferas. Muitas vezes os próprios profetas tentam aproximar o seu ofício de algo que pareça científico (RIOS, 2013, p. 19). Ou, pelo menos, do universo escrito. Com isso, rejeitam a ideia de que as profecias se apresentam quando faltam estudos, ou, mais precisamente, as letras. Em seu livro *Tradição, ciência do povo*, Câmara Cascudo (1981, p. 37) tenta dar aos saberes populares um certo estatuto científico. Não se trata de uma ciência dos livros, mas “da dura escola do Sertão num curso universitário vitalício”. Depois de citar inúmeras experiências de previsão do tempo, Cascudo (1981, p. 37) infere que “nenhum agrupa-

mento humano ‘civilizado’ possui essa capacidade previsora [...] quem morre afogado é o homo sapiens [...]”.

Na última frase, o autor assegura que seca ou enchente só pega de surpresa o homem civilizado porque este não sabe mais olhar o mundo a sua volta; desaprendeu a ler os sinais que outrora garantiam a sua proteção diante dos perigos naturais.

A possibilidade de previsão de inverno ou seca conformava um palco de grandes disputas em nome de um poder imprescindível no Ceará. Aos poucos, os profetas começaram a ganhar espaço na imprensa, e o reboiço em torno de quem detinha a verdade do tempo era uma constante nos jornais a partir da década de 1950. Desse modo, Roque de Macedo preenchia algumas páginas periódicas quando o tema era a seca. Os jornalistas ressaltavam a legitimidade de Roque em face da sua experiência nativa com o fenômeno. No ano de 1953, o debate foi largamente divulgado. Roque de Macedo representava os sertanejos enquanto o Dr. Sampaio Ferraz apresentava os resultados da sua pesquisa laboratorial. A imprensa incentivava o enfrentamento entre os famosos homens do tempo no Ceará.

O jornal Unitário⁶ destaca que naquele ano as previsões dos dois finalmente coincidiam e, portanto, nada deveria deter o inverno de 1954. Mas, como o tema não poderia ficar sem polêmicas, eis que o professor de Direito José Victor Ferreira, procurou a redação do jornal para discordar dos dois senhores. Anunciava o Senhor José Ferreira: “o ano que vem (1954) vai ser de seca. O senhor Sampaio Ferraz está errado. As minhas experiências indicam um ano ruim”.⁷ Nota-se que em períodos de grandes expectativas em relação aos temas meteorológicos, muitos profissionais se metiam a fazer diagnóstico, o assunto garantia destaque a quem sugerisse opiniões.

⁶ Jornal Unitário, dia 25/12/1953.

⁷ Jornal Unitário, dia 25/12/1953.

NO TEMPO DE LUNÁRIOS E ALMANAQUES

O Non Plus Ultra do Lunário e Prognóstico Perpétuo, Geral e Particular para Todos os Reinos e Províncias composto por Jerônimo Cortez, valenciano, emendado conforme o Expurgatório da Santa Inquisição, traduzido em português, registra um pouco de tudo, incluindo astrologia, receitas médicas, calendários, vidas de santos, biografias de papas, conhecimentos agrícolas, processo para construir um relógio de sol.

Câmara Cascudo⁸

O *Lunário* constitui uma oralidade que virou escritura e uma escritura que reinventou a oralidade. A fala e a prática desses indivíduos que participam dessa cultura se confundem com as páginas do *Lunário Perpétuo*. As orientações prognósticos do livro se espalharam, sobretudo, pela tradição oral.

As páginas do *Lunário* traçam um diálogo íntimo com os movimentos já frequentes entre a natureza e cultura no sertão do Ceará. A previsão do tempo, que passa a ter um lugar escrito, já era antes diagnosticada pela leitura do comportamento dos bichos, a variação das folhas, a desenvoltura dos galhos, a metamorfose dos insetos, as “experiências” com o calendário etc.

⁸ Esse título maior data da primeira edição de 1703 em Lisboa. As edições do século XIX, a partir de uma circulação popular, reduzem o título para *Lunário Perpétuo*. Segundo Cascudo, foi um dos livros-mestres para os cantadores populares, na parte que eles denominavam “ciência ou cantar história, gramática ou doutrina cristã” (CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1998, p. 446).

O Lunário Perpétuo seria uma espécie de bíblia para os chamados “profetas da chuva”. Tais indivíduos, em geral, moram no sertão e conhecem com profundidade as “astúcias” da natureza semiárida e fazem delas um bom material para as previsões que desafiam os outros “cientistas”. Nessa leitura do mundo, a água que cai do céu pode ser anunciada em formas encontradas por homens que olham, antes de tudo, para a terra. Como ressalta Galeno (1998, p. 19):

É, pois, de maior importância, saber interpretar o comportamento dos referidos espécimes durante os meses de verão, base de maior parte das experiências do inverno. Isso dito, vejamos o significado de alguns destes sinais tomados nas experiências de secas e de invernos: a canafistula gotejando água pelas folhas durante os meses de outubro e novembro, ótimo sinal de inverno para o ano seguinte; o pau-de-mocó com boa floração nos últimos meses do ano, também sinal de inverno. A jitrana florando fora do tempo, sinal de seca; o matapasto florando em meio ao inverno, sinal de suspensão das chuvas. (Matapasto florou, o inverno acabou, dizem os matutos). Existe a crença, segundo a qual o ano em que o angico deita muita resina, no ano seguinte haverá bom inverno. Se o pau-d’arco roxo flora, entre os meses de junho e julho segura a carga, bom sinal de inverno para o ano seguinte. Por sua vez, o cajueiro se flora no começo do verão, sinal de inverno cedo. Mau agouro se descobre na umazeira, no ano em que esta árvore deixa de frutificar, ou se apresenta com um reduzido carregamento de frutos, isso significará seca para dentro em breve. Já o contrário, dá-se com o cumaru, árvore de grande emprego industrial. Segundo a crença, quando o vegetal flora em fins de inverno e segura a carga, o ano seguinte será de seca ou de inverno escasso. Bom sinal de inverno para o ano seguinte, vamos encontrar nos juazeiros, quando mesma experiência é válida também para as catingueiras, árvores que, a exemplo dos juazeiros, são dotadas de densa folhagem. Bom augúrio sempre que as copas se apresentarem úmidas e refrigeradas nos meses de canícula. Outras experiências muito acreditadas dos sertanejos dizem respeito à floração e frutificação das carnaubeiras, aroeiras, juazeiros e umazeiras. Sempre que as referidas árvores florescem e frutificam com abundância, sinal de excelente inverno para o ano seguinte.

No tocante às especulações com os animais, o critério não varia: o da proliferação. Este ou aquele bicho aparecendo acompanhado de muitas crias em determinada estação do ano, sinal de bom inverno para o ano seguinte. Roque de Macedo, grande divulgador das experiências de inverno de seus conterrâneos, ia mais longe. Ela dava especial importância ao comportamento dos pebas em fins de ano. Sentenciava o velho sertanejo: ‘quando o carrapato subir da barriga para o sovaco dos pebas, chuva cairá’.

Aqui, a ordem do tempo é apresentada pelo desenrolar da fauna e da flora. É um saber que vem do enganchamento entre natureza e cultura. Não se trata de uma ligação sobrenatural, ao contrário, tais enunciados codificam-se na natureza experimentada no dia-a-dia, compondo homens, bichos, árvores, frutas e almanaques como os “profetas da chuva” ou mesmo livros que ensinam e endossam este tipo de saber-ser entre homem e natureza.

As previsões dos “profetas” vêm da intimidade com um universo natural do qual retiram orientações sobre a chuva e a seca, mas, não se trata de uma convivência apenas espacial, afinal, nem todos aqueles que vivem no sertão são profetas. Mesmo considerando que tal saber tem significativa circulação entre os que moram ou moraram no interior do Ceará, a previsão garantida com credibilidade vem mesmo dos chamados “profetas da chuva”. Ainda que a maioria dos sertanejos participe dessa leitura do mundo, somente alguns são reconhecidos como legítimos “adivinhadores” do tempo.

A potência desses indivíduos se concerta com o poder da leitura e interpretação não só da floresta como também das escrituras. A linguagem e o formato dessas previsões são encontrados, sobretudo, nas páginas do *Lunário Perpétuo*, livro que melhor conhece o tempo.

Vejamos o que dizem as recomendações do *Lunário para “prognosticar em summa do tempo de todo o anno”*

Suposto que para conhecimento dos tempos é necessário levantar-se figura de revolução do anno, da verdadeira entrada do sol em Áries, porque todos não podem ser mathematicos, daremos satisfação pelas regras seguintes, para que por ellas todos venham em conhecimento dos tempos.

Pelo que há de notar que os experimentados vieram em conhecimento do anno pelos doze dias, que há de Santa Luzia a dia de Natal, tomando por cada dia um mez; e, por cada quarto de dia um quarto de mez; e assim em dia de Santa Luzia à meia noite até as seis de pela manhã tomarão pelos primeiros oito dias de janeiro: tal qual o tempo fosse n'estas seus horas, taes serão os primeiros oito de janeiro das seis da manhã até ao meio dia tomarão pelo tempo de oito até quinze dias do dito mez; e do meio dia até as seis da tarde tomarão por quinze dia até 23 de janeiro.

Certa vez, conversei com um senhor que morava no Vale do Acaraú. Chamava-se Raimundo e nunca quis morar em Fortaleza: “nunca vi vantagem em ir pra lá”, ressaltou. Quando lhe perguntei se era possível saber antecipadamente sobre seca ou chuva, disse-me que “basta seguir o que diz as experiências”. Pedi para me contar a “experiência” em outras, essa “experiência” evoca os ensinamentos do livro perpétuo, mesmo para quem nunca leu:

Seu Raimundo: Tinha as pedra de Santa Luzia, no dia 12 de dezembro. Botava seis pedra de sal. A que amanhecesse brejadinha era um mês bom. Uma pedrazinha seca, era um mês seco. A que tinha um chorozim bem poquim, era pouca chuva nesse mês. Os seis mês de inverno de janeiro a junho, pois era seis pedrinha, tudo separadinha uma da outra, em cima do tábua, em riba da casa. Se a pedra do mês de março seja brejada, então o mês de março era chuveador.

Kênia: E se desse que ia ser seco, o povo se prevenia?

Seu Raimundo: Não se prevenia, não. Era só mesmo pra saber. Era só pra saber.

O tempo tem sua ordem e ela se apresenta na natureza, basta estar atento. O *Lunário* indica uma dimensão de organização e controle do tempo, entretanto não impede os acontecimentos. A potência de suas orientações se realiza, entre outras coisas, na proposta de dar ao homem a condição de conversar com o tempo. Ou melhor, de ter essa conversa registrada através da escritura. O controle do tempo é proposto não apenas pelas “sábias” sugestões do livro, mas também pela possibilidade de prendê-lo na escrita.

O *Grand calendrier compost des bergers*, um dos primeiros almanaques europeus, que data de 1491, atribuído a um autor anônimo, destaca em seu texto que aquilo que torna ainda maior a autoridade do ofício de tal livro é que ele pode ser comprovado na natureza e na escrita (BOLLEME, 1969, 128).

Mas, como indaga Geneviève Bollème (1969) em seu estudo sobre almanaques, como um texto escrito fez tanto sucesso junto a um público de maioria analfabeta? Penso que essa inquietação pode ser estendida até o Ceará, onde não só o *Lunário*, mas também os almanaques e a literatura de cordel alcançaram significativa difusão.

Esses almanaques do tempo são talhados por signos tipográficos e astrológicos e, nesse caso, apresentam duas possibilidades de decifração. Mesmo quem não conhece bem as letras, pode entrar em diálogo com o livro através dos desenhos, mapas e números. Mesmo sem nunca ter lido o *Lunário*, muitos sertanejos fazem previsões do tempo mesmo com uma linguagem semelhante à do livro cujas páginas já foram, em certa medida, capturadas pela tradição oral.

As inúmeras possibilidades de previsão e controle do tempo, impressas nas páginas do *Lunário*, criam mais uma dimensão da ligação do homem com a natureza. No sertão cearense, onde a vida é marcada pela espera da chuva ou da seca, esse tipo de literatura possui considerável força de atração. A escrita das coisas limitou o mundo e, na forma de almanaques, aprisionou o tempo.

No interior do Ceará, a conversa sobre o tempo inspira-se muito na linguagem do *Lunário*, mas, na sua forma escrita, o livro deu origem a folhetos de considerável circulação em todo o Estado. A partir das orientações perpétuas, propostas no livro-matriz, criou-se uma produção intensa dos almanaques anuais. Seguindo os ensinamentos do *Lunário*, esses almanaques prognosticaram somente um ano. Por isso mesmo, aqui no Ceará, os folhetos produzidos por Manoel Caboclo ganharam o título de *Juízo do ano*. Além das tradicionais, previsões do tempo, o Juízo do ano era também composto por receitas de remédios caseiros, conselhos em torno da moral cristã, orientações sobre agricultura, curiosidades e anedotas. O conteúdo desses almanaques constitui-se, em grande medida, “de palavras e coisas”, já presentes no cotidiano do sertanejo. Tais fo-

lhetos são também uma reinvenção da oralidade, legitimada pelo fascínio diante da escrita, dos conhecimentos ocultos da astrologia e de outras artes. Manoel Caboclo inicia o almanaque de 1977, com o seguinte texto:

Agricultores sertanejos! Aprontem os terrenos cedo e plantem nas primeiras chuvas, mesmo que sejam finas, as covas fundas dão mais fertilidade à lavoura. O inverno é mediano. Plantem e replantem maniva, palma e cajueiro plantado na primeira lua nova de janeiro, safrejará no mesmo ano. Este produto irá render muito dinheiro.

Tudo indica que tais orientações não apontavam grandes novidades para os “agricultores sertanejos”. O autor apresenta os conhecimentos de “domínios públicos” numa linguagem que sugere profecia e mistério. A potência do que se vê, naquilo que não se vê. O conhecimento prático aliado aos mistérios do além-mundo presentes no próprio mundo são o que espelham e fascinam os “leitores”. Ou, como sugere mais uma vez Bolleme (1969, p. 125), a leitura do tempo, proposta nesses almanaques, atribui aos acontecimentos um caráter curioso, estranho e admirável.

Nas páginas do *Juízo do ano*, Manoel Caboclo (1977) aponta para a “ignorância” dos analfabetos como um forte motivo de resistência à chegada da “civilização”. Padre Cícero pregava a “civilização”, mesmo que em alguns momentos ela também anunciasse o fim do mundo. Para o desenlace dessa história, vale acrescentar que Caboclo publicou, no *Juízo* daquele ano, a história de um dos projetos de Padre Cícero para Juazeiro. Antes de tudo, Manoel Caboclo (1977) evoca os que sabem ler para conhecer suas palavras:

Leitor, analise bem em 1872 como se comportava aquela gente sem cultura, que selvageria não praticava. Só uma coisa atemorizava aquela gente, era o “inferno”, que naquele tempo ainda estaria na imaginação de muitas pessoas; coisas que hoje deixou de existir nos meios civilizados.

Continua o autor em versos:

Penso no tempo passado
Recorde a selvageria

Povo sem educação
Que desmando não fazia
Rico senhor de engenho
O nome não escrevia

Hoje é tudo diferente
O estudo é mais correto
Procure a verdade e veja
Morando no mesmo teto
Um filho advogado
E um pai analfabeto

Depois, o arremate não é rimado:

Padre Cícero, moço inteligente, de um coração bondoso, de visão ampla, em sua administração idealizou e fundou 82 estabelecimentos escolares. Em sua prática religiosa sempre dizia: ‘meus amiguinhos, aprendam e ensinem os filhos a ler e escrever, tempo virá que uma lei obrigará e quem não tiver um diploma não será nem mesmo empregado carregador de balaio na feira’.

Mesmo que essa história tenha certa circulação entre os moradores de Juazeiro, ela é recontada por Manoel Caboclo (1977), reforçando com seus versos a necessidade do saber ler e escrever.⁹ O lugar desse “apelo” é ao mesmo tempo legítimo e paradoxal. Afinal, a importância de ler e escrever vem por meio da escrita. Por outro lado, só quem já sabe ler pode ter acesso à sua “convocatória”; salvo pela presença de possíveis “leitores” que fazem leitura em voz alta para o restante do grupo. Talvez, em 1977, esse tipo de prática fosse mais frequente não só para os almanaques, como também para o cordel.

⁹ Vale ressaltar que são várias as imagens do Padre Cícero na oralidade e na Literatura de Cordel. Sobre a questão, ver: KUNZ, Martine. Padre Cícero na literatura de cordel. In: SEMINÁRIO 150 ANOS de PADRE CÍCERO, 1994, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: RCV Gráfica e Editora, 1995. p. 31-40.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O verbo encantado: a construção do Pe. Cícero no imaginário dos devotos*. Ijuí, SR: UNDUI, 1998, 160 p. (Coleção outros diálogos).

Nos almanaques, o relato da vida no sertão entrava em diálogo com astros, luas e estrelas, mas sua estreita ligação com a cultura oral exigia-lhe, além das orientações astrológicas, algumas historinhas, contos e uma seção dedicada à medicina popular. Remédios os mais diversos eram apresentados como solução para os mistérios do corpo. Os patrocinadores ganhavam espaço anunciando suas misturas curativas:

Para pessoas que sofrem de arfação [sic], uma dorzinha do lado direito, ou na boca do estômago; um cuspe salgado que lhe obriga cuspir demais; tudo que come faz mal, tonice, dor de espinhaço [...] Tudo isso é sinal de que seu fígado, intestino e os rins não estão funcionado bem. Aí você usa o BOLDICOLON 3 vezes ao dia, que fica bem.

O BOLDICOLON é um pó na espécie de um sal vegetal, é usado feito chá, uma chicará [sic] nas horas das refeições. A venda no BAZAR da poesia, defronte o açougue público em CARUARU-PE.

Os remédios caseiros também ganhavam nomes com *status* farmacológico. Assim, um chá de boldo com colônia, frequentemente usado para dores de barriga e estômago, se transforma no Boldicolon. Sair da oralidade para a escritura implica a criação de um léxico diferenciado para as coisas. Assim também acontece na migração da medicina popular para a “ciência”. Por isso mesmo, a mistura “em pó na espécie de sala vegetal” não pode ser denominada tal como o povo chama normalmente: “chá de boldo com colônia”. Nesse movimento do oral para o escrito, a tal infusão passa a ser, de fato, outra coisa. A escrita, assim como os animais, as plantas, as estrelas, os planetas, tem suas leis de afinidade e conveniências (FOUCAULT, 1999, p. 48).

Embalados pelo sucesso dos almanaques junto às “camadas populares”, outros grupos resolveram entrar nesse mercado. Os laboratórios da farmácia começaram a divulgar alguns de seus produtos e o almanaque de maior circulação no Brasil passou a ser o *Biotônico Fontoura*.

Assim como outros almanaques, o *Biotônico* inseriu na linguagem do sertanejo algumas palavras, mas nenhuma teve maior uso do que o nome do personagem de Monteiro Lobato. Recriado nas pá-

ginas do almanaque, a imagem do Jeca Tatu se espalhou prodigamente pelo Nordeste. O sucesso do “caipira” por estas bandas se deve, antes de tudo, ao personagem do almanaque *Biotônico Fontoura*. Quando se pergunta pelo Jeca Tatu, a primeira lembrança são os “livrinhos de farmácia”. D. Maria Celestina, que me concedeu algumas entrevistas sobre o tema, comentou: “a gente ia na farmácia perguntar se tinha novos almanaques. A gente queria saber das historinhas do Jeca Tatu, também tinha uns jogo de curiosidade. Todo mundo sabia do Jeca porque a gente lia esses almanaques da farmácia”.

O Jeca Tatu passou a ser a personagem mais explorada pelos laboratórios de remédios e folhetos higienistas. Por causa do seu jeito despreocupado e ocioso, os patrocinadores dessa literatura resolveram investir no conserto do Jeca através de vermífugos e práticas de higiene.

Todos aqueles que se identificassem com a personagem (ou seja, andar descalço, sentir sono, não ter ânimo para o trabalho etc) dariam atenção à historinha do Jeca, e como na história do almanaque deveriam procurar ajuda no *Biotônico Fontoura* e, além disso, seguir as práticas de higiene recomendadas.

Esses almanaques circulavam com uma tiragem impressionante, em 1973 o do título “Jecatuzinho” chegou a 84 milhões de exemplares. O Jeca Tatu do Biotônico era um homem do campo e estabelecia fortes relações de identificação com o sertanejo, trabalhador da roça. Evidentemente, a intenção dos folhetos era negar o perfil “descansado” do “matuto” através de práticas higiênicas, além das doses diárias do biotômico (PARK, 1999).

No caso do Biotônico Fontoura, Jeca Tatu é recriado, pelo próprio Lobato, com a intenção de normatizar os hábitos higiênicos do agricultor. Contudo, passa a ser uma referência na linguagem oral dos indivíduos que de algum modo conviveram com esse personagem. O Jeca Tatu, no linguajar dos cearenses, é um coitado sem reações. A circulação desse personagem, bem como de outros, não chega diretamente pela leitura. Alguns leem, outros não. As maneiras de difusão eram múltiplas.

O Jeca Tatu, assim como outros personagens, foi criado pelo mundo da escrita, entretanto ganha fama por outras vias que não somente a leitura. As tipografias, com sede no interior do Estado, aju-

daram a divulgar esse tipo de literatura, porém não aniquilaram o movimento da oralidade nessas culturas; ao contrário, entraram num certo diálogo.

No caso do matuto “almanaqueado”, o próprio autor recria o personagem dentro do formato que lhe garante maior circulação entre as camadas populares. Afinal, o Jeca Tatu tem origem nas indignações de Monteiro Lobato em ralação [à]s *ignorâncias e ingenuidades do homem do campo*. A personagem lobatiana (ou seu significado) ficou conhecida nas mais longínquas paragens do sertão cearense. Às vezes, por falta de uma farmácia nos cantos mais isolados, os próprios fazendeiros recebiam os livrinhos para divulgar tais ideias com seus empregados. Havia um projeto claro nas aventuras do Jeca Tatuzinho que, aliás, despertou protesto por parte de alguns intelectuais cearenses. A imagem preconceituosa de Monteiro Lobato em relação ao agricultor fez Ildefonso Albano criar, ainda nos anos de 1920, o personagem Mané Xique-Xique.

Em contraposição à noção do sertanejo como um indivíduo absolutamente acomodado, o escritor cearense Ildefonso Albano criou uma personagem distante do perfil acororado e sem reação de Jeca Tatu. Albano tenta fazer circular a imagem de um homem ativo e forte, capaz de enfrentar os dismantelos do mundo com a coragem de um hércules. O autor faz as distinções que julga necessárias entre o Jeca Tatu e Mané Xique-Xique:

Enquanto Jeca, acororado em sua toca, com olhar embaciado e pálpebras preguiçosamente semi-serradas, mas enxerga a vereda estreita e coberta de mato, que vai até à estrada, os horizontes de Mané Xique-Xique não têm limites; com seu olhar vivo, de longo alcance, livre ele campeia pelos vastos sertões. A locomotiva não lhe causa sobroço; nunca viu submarino, nem aeroplano, mas os concebe e compreende. Pois os pato não merguiam nas lagoa? Pruquê os home não havera de merguiá também? Ora, desde que o mundo é mundo os arubu avôa; e só agora é que os home aprendero a avoa? (ALBANO, 1969, p. 18).

Certamente, Mané Xique-Xique não se tornou tão conhecido quanto o Jeca Tatu. Suas palavras não foram legitimadas e tampouco

estratégicas. O Jeca Tatu aparecia em livrinhos de larga circulação, numa linguagem já conhecida no interior do Ceará. Contudo, nos dois casos, o “povo”, participava de uma literatura consentida, autorizada, em que “as camadas das subalternas” são escritas ao sabor de seus autores.

Talvez por descuido ou descaso com a tradição oral, Ildefonso Albano esqueceu que essa personagem forte já existia no Nordeste. Tinha sabedoria capaz de derrubar um gigante, condenar poderosos, destronar reis e imperadores. João Grilo nunca precisou das letras para circular em contos, novelas e anedotas narradas nos quatro cantos do Ceará. João é personagem sem autoria, é um saber encarnado num corpo magro e amarelo que, pelo visto tomou o Biotônico Fontoura.

Não existe um único João Grilo para a oralidade, outro para o cordel. Há uma reinvenção dos personagens com base nos princípios que aproximam essas figuras daquilo que interessa ouvir numa roda de contação de histórias. A grande arma de João é a sua palavra, o mundo é traduzido com velocidade através de sua voz. Nessa dimensão, aproxima-se da figura do contador de histórias que conta e reconta as proezas do João como se fosse ele mesmo; se utiliza das adivinhações, próprias do personagem, para reinventar a vida cotidiana.

Adivinhar também faz parte dos enredos de almanaque. Penso que João Grilo estabelece “uma conversa mais íntima” com a linguagem dos livros de previsão do tempo. Como o Jeca Tatu, João Grilo tem o físico debilitado, mas nunca lhe faltou comida, cria sempre um meio rápido de sobrevivência.

Almanaques, contos, novelas, anedotas dividem o sertão seco entre Jecas e Joões que acabam sendo reinventados pela tradição oral. No caso de João Grilo, também é recriado pela literatura de cordel. Sempre que o tema for a esperteza do cotidiano, o saber sem escola, o enfrentamento do mundo pelo repente da palavra dita, João servirá de exemplo. Já nos primeiros versos do cordel de Ferreira Lima, João se faz, ao mesmo tempo, semelhança e negação da imagem do Jeca Tatu:

João Grilo foi um cristão
que nasceu antes do dia
criou-se sem formosura
mas tinha sabedoria

e morreu depois das horas
pelas artes que fazia

e nasceu de sete meses
chorou no bucho da mãe
quando ela pegou um gato
ele gritou: – Não me arranhe,
não jogue neste animal
que talvez você não ganhe!

O dia do nascimento de João Grilo deveria constar nas páginas do *Lunário*, afinal não foi dia qualquer para a natureza cósmica, pois:

Na noite que João nasceu,
Houve um eclipse na lua,
E detonou um vulcão
Que ainda hoje continua
Naquela noite correu
Um lobisomem na rua.

Assim mesmo e criou-se
Pequeno, magro e sambudo
As pernas tortas e finas
A boca grande e beiçudo
No sítio aonde morava
Dava notícia de tudo.

Não há dúvida de que o grilo é um inseto que incomoda pela zoadada que produz e por isso um João, “com tanta palavra precisa”, só podia ser um bicho que, mesmo pequeno, de longe se nota a presença. Ao contrário do bicho chamado Tatu que, mesmo grande e vistoso, esconde-se no buraco da terra.

O ENCONTRO COM A ÁGUA

A chegada da Comissão Científica,¹⁰ em 1859, coincidiu com o reverso da estação climática, em que

uma seca de mais de cinco meses trazia em sustos os habitantes da Província, pois que o inverno do ano anterior tinha sido escasso, e as fracas chuvas do mês de agosto haviam sido insuficientes para a criação de forragens. [...] [A sessão botânica] pôde assistir ao magnífico espetáculo da transformação dos campos e do aspecto da natureza da Província, quando depois de aturada a seca, sobrevêm as primeiras águas. Ao terreno solto, desolado e no parecer infrutífero, dos arredores da Fortaleza, sucedeu em poucos dias, e como por encanto, uma vegetação virente e luxuriante (TRABALHOS, 1962, p. 43).

Os que por aqui passaram no século XIX, consideraram digno de registro a capacidade regeneradora das terras cearenses após as pri-

¹⁰ A Comissão Científica de Exploração formada por cientistas brasileiros para explorar e conhecer as terras do Império, começou sua expedição na Província do Ceará e dissolveu-se depois dessa primeira experiência, sem visitar outras províncias, como era proposto no projeto original. Sobre a Comissão ver também: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962; KURY, Lorelay. *A Comissão Científica de Exploração (1859-1861). A ciência imperial e a musa cabocla*. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

meiras chuvas. Na citação anterior, os cientistas da Comissão admiraram-se com a metamorfose da vegetação que tão desgraçadamente era noticiada fora da província. O botânico inglês George Gardner, em 1837, descreve o espetáculo que assistiu com a queda das primeiras águas na fronteira entre o Ceará e Pernambuco:

Quando fui para lá, mal começando a estação das águas, pude observar o extraordinário efeito que umas poucas chuvas haviam produzido na vegetação. Três meses antes, ao partir dali, deixara murcha e queimada toda a vegetação rasteira. As árvores tinham cor e aspecto doentio. Agora, porém, tudo estava renovado e verdejante (GARDNER, 1975, p. 32).

O viajante Henry Koster,¹¹ de passagem por aqui nos anos 1810, destaca essa “admirável característica da vegetação brasileira” que *caindo chuva à tarde, no outro dia já existe uma leve matiz verde; continuando as chuvas, os renovos da relva medirão uma polegada, e, no terceiro dia, serão suficientemente longos para que o gado possa pastar* (KOSTER, 2003, p. 23).

A admiração dos visitantes com o rápido ressurgimento do verde sugere que a falta de água no Norte poderia ser um problema facilmente solucionável. A vegetação, como observaram, renascia sem a necessidade de água abundante e com isso, a construção de reservatórios adequados solucionaria o problema da seca. Não por acaso, grande foi o debate entre cientistas e intelectuais sobre a melhor maneira de guardar água na província, sobretudo a partir do final do século XIX, quando o tema ganha repercussão nacional. Vale salientar que esse valor pátrio já começa a ser produzido na seca de 1825, quando o Império assume esse tema como elemento de agregação, apelando para um sentimento de fraternidade em que todos deveriam ajudar o irmão nortista. Thomaz

¹¹ Filho de ingleses e nascido em Portugal, percorreu muitas das províncias do que hoje chamamos de Nordeste. É interessante observar que Koster não é cientista mas constrói seu relato, sobre alguns temas, nas formas ditadas pela ciência. O conhecimento científico molda uma forma de ver e registrar mesmo para aqueles que não eram propriamente cientistas.

Pompeu de Sousa Brasil em seu estudo sobre o clima e as secas do Ceará, destaca a ajuda vinda de outras partes do país. Ressalta o autor com ares de novidade que naquela estiagem de 1825, “nos maiores povoados as vítimas de fome foram raras, porque a alimentação veio de fora da província” (BRASIL, 1877, p. 17, grifo do autor).

Naqueles anos, a seca começa a ser usada como tema de comoção nacional. Se um dos membros do corpo estava doente era então a pátria toda que padecia. Criava-se, portanto, uma tópica discursiva para as secas, o que, evidentemente, estabeleceu uma nova relação de seus habitantes com o fenômeno climático, ou ainda, a construção de outras memórias sobre a seca. Vejamos o que relata Gardner, entre os anos 1837 e 1838:

Toda a província é sujeita por vezes a prolongadas secas, a última ocorrida no ano de 1825, durante a qual absolutamente não choveu. Grande foi o sofrimento resultante desta calamidade, de que o povo ainda fala com supremo horror. Extinguiram-se gado e cavalos e a perda de vidas humanas na província avalia-se em trinta mil habitantes. Gente sem conta pereceu quando procurava chegar à costa; animais selvagens e domésticos sucumbiam por falta de água e de alimento (GARDNER, 1975, p. 17).

Certamente, Gardner narra os acontecimentos de 1825 com base em conversas com a população local, o que indica que se havia formado uma memória detalhada da última seca. Desse modo, podemos sugerir que as narrativas sobre estiagem começam a abundar e servir de assunto, com data, entre nativos e viajantes. O que há agora são os acontecimentos da seca de 1825, 1845, 1877. A apropriação que o Império fez da seca de 1825, aliada a olhares e contatos cada vez mais *cientificados*, ajudou a constituir narrativas datadas sobre as estiagens. A aproximação com a ciência reorganiza a narrativa da seca no Ceará.

Os anos passam a fazer parte de uma nova lógica para as histórias das secas, tendo cada uma seu relato próprio e, mais do que isso, suas estatísticas particulares. Esses estudos, segundo Joaquim Alves, já se iniciam timidamente durante a seca de 1777 quando “nas últimas décadas do século XVIII, os administradores coloniais revelam um certo

interesse pelos dados estatísticos, realizando coletas, segundo o recurso de que dispunham” (ALVES, 2003, p. 64).

Não é forçado dizer que o registro da perda de bens, das mortes, entre outros eventos, tenha sugerido um novo tempo para as memórias da seca. Não mais o tempo das eras e de acontecimentos naturais, mas o tempo do calendário datado e singularizado pela estatística, consolidada como instrumento de registro e controle de dados nos mais variados acontecimentos e aspectos estruturantes do *modus vivendi*, sobretudo na segunda metade do século XIX, o que se verifica no trato da grande seca de 1877. Vale salientar que, mesmo escritos anteriores sobre as estiagens, ganham maior repercussão, publicação, espaço na imprensa e em institutos científicos (nacionais e internacionais) somente depois dessa efeméride.

No fim dos anos mil e oitocentos, o sentimento que impulsionava a ideia de uma nação forte e pronta para a indústria, encontrava no Ceará o caso da instabilidade climática (NEVES, 1994). Porém, Raja Gabaglia, presidente da sessão de astronomia da Comissão Científica, observa que essas dificuldades da Província poderiam ser diminuídas e quase eliminadas “talvez que em menos de quinze anos [...] e tornar pouco prováveis as repetições dos desastres passados” (GABAGLIA, 1877, p. 19). O relatório de Raja Gabaglia, escrito em 1861, somente foi publicado em 1877, quando a temática passa a ser importante na formação do sentimento de nação e, assim, o problema de uma província tornava-se questão de todos os brasileiros.¹² A campanha por uma irmandade, agora nacional, consegue a adesão pessoal do imperador D. Pedro II, que teria dito, durante a seca de 1877, a seguinte frase: “vendam-se as joias da coroa mas não morra de fome um cearense” (STUDART, 1909, p. 43).

No final do século XIX, as mais variadas formas de registro e comunicação sobre o Ceará, destacavam com veemência os desdobra-

¹² Conforme Durval Muniz, a seca de 1877-79 foi “a primeira a ter grande repercussão nacional pela imprensa e a atingir setores médios dos proprietários de terra, trouxe um volume considerável de recursos para as vítimas do flagelo e fez com que as bancadas nortistas no Parlamento descobrissem a poderosa arma que tinham nas mãos, para reclamar tratamento igual ao dado ao Sul. A seca torna-se a partir daí o problema de todas as províncias e, depois, dos Estados do Norte” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 24).

mentos advindos com as intempéries. Contudo, viajantes e cientistas desde antes observavam os efeitos da seca e, como ato contínuo, o valor da água para os habitantes da província ressequida. Desse modo, os forasteiros construíram com detalhada atenção suas impressões sobre as águas. Entre a falta e o excesso, sobressaía para os visitantes, o valor extremo que o líquido assumia.

Alguns membros da Comissão Científica de 1859 registraram a relação sagrada dos cearenses com a água. O líquido parecia mais valioso do que o tão procurado ouro. A população mais pobre deixava claro para a Comissão que a água era o bem mais precioso por aqui. Capanema, chefe da sessão de geologia, observa “o potencial fértil destas terras que fazem brotar sem grande esforço; falta-lhes somente a água, que, quando chega, constitui a felicidade da Província” (TRABALHOS, 1962, p. 58). No documento de 1878, Capanema detalha o cuidado dos nortistas no trato da água:

Quanto à água, sigam o exemplo dos campistas que bebem a água lodacenta do Paraíba e bebem-na cristalina e saborosa; para isso depositam em grandes talhas e aí a deixam repousar uns poucos dias; outros que dispõem de espaço, em baterias de potes que lhes permitem beber água de quatro, seis e mais meses, e há quem chegue a guardá-la anos, e oferecem um copo dessa água velha como artigo de luxo (CAPANEMA, 1878, p. 33).

O geólogo atenta para o fascínio diante da água e seus encantos. E apesar da polêmica entre os estudiosos do final do século XIX, sobre o tamanho do prejuízo causado pela sua escassez, o discurso da carência do líquido modelou, com força, uma imagem para o Ceará e para o cearense. Nesse desenho, há uma relação mais familiar nos assuntos da água que devem ser tratados com base em práticas e princípios culturais locais, o que mais propriamente alguns chamaram de “ciência do povo” (CASCUDO, 1971, p. 32).¹³

¹³ Câmara Cascudo, folclorista do Rio Grande do Norte, chama de “ciência do povo” a tradição e prática popular de adivinhação e prognóstico de inverno (CASCUDO, 1971, p. 45).

A sacralização do líquido se impõe em face do grande dilema na vida do sertanejo sempre angustiado com a possibilidade de ter ou não inverno.¹⁴ Desse modo, muitas são as formas de leitura do tempo para prognosticar a chuva. A maioria delas revela a intimidade nativa com o elemento natural, sejam plantas ou bichos. Olhares atentos buscam decifrar no comportamento da natureza, sinais de inverno ou seca.

Um dos personagens dessa configuração performática é o profeta da chuva. Indivíduo que, em geral, mora no sertão e conhece as astúcias da natureza semiárida. Através dos movimentos que se manifestam no corpo dos bichos e das plantas, fazem previsões que desafiam os cientistas. Nessa leitura do mundo, a água que cai do céu pode ser anunciada em formas encontradas por homens que olham, antes de tudo, para a terra. Como ressalta Juvenal Galeno, estudioso das práticas de previsão das chuvas no Ceará:

É, pois, da maior importância, saber interpretar o comportamento dos referidos espécimes, durante os meses de verão da maior parte das experiências de inverno. Isso dito, vejamos o significado de alguns destes sinais tomados nas experiências de secas e de invernos: a canafistula gotejando água pelas folhas durante os meses de outubro e novembro, ótimo sinal de inverno para o ano seguinte; o pau-de-mocó com boa floração nos últimos meses do ano, também sinal de inverno. A jitiрана florando fora de tempo, sinal de seca, o mata-pasto florando em meio ao inverno, sinal de suspensão das chuvas (mata-pasto florou, inverno acabou, dizem os matutos). Existe a crença, segundo a qual no ano em que o angico deita muita resina, no ano seguinte haverá bom inverno. Se o pau d'arco roxo flora, entre os meses de junho e julho e segura a casca, bom sinal de inverno para o ano seguinte. Por sua vez, o cajueiro se flora no começo do verão, sinal de inverno cedo (GALENO, 1998, p. 14).

¹⁴ No Ceará, chove na quadra invernososa, por isso inverno é sinônimo de chuva. Bom inverno (muita chuva) mal inverno ou não há inverno (pouca chuva).

Mas não é somente a flora que avisa como o sertanejo deve se preparar para o inverno chuvoso, também a fauna fornece os indícios de predição para a vinda das águas. Assim continua Galeno:

No tocante às especulações com os animais, o critério não varia: é o da proliferação. Este ou aquele bicho aparecendo acompanhado de muitas crias em determinada estação do ano sinal de bom inverno para o ano seguinte. Alguns iam mais longe. Davam especial importância ao comportamento dos tatus em fins de ano. Sentenciava o velho sertanejo: ‘quando o carrapato subir da barriga para o sovaco dos tatus, a chuva cairá’ (GALENO, 1998, p. 15).

Certamente, tais técnicas não capturaram a adesão dos vários cientistas e engenheiros que por aqui assumiram a missão de amenizar o problema da escassez de água. O território visitado pelos cientistas já tinha um saber organizado para fins meteorológicos, o que gestou disputas e histórias com grande circulação nos livros de memorialistas, a exemplo do ocorrido entre o engenheiro inglês e um caboclo do sertão, contado também por Juvenal Galeno :

O tal engenheiro havia armado o seu instrumental um pouco abaixo da grande barragem, jamais concluída. Eis que chega um trabalhador da construção a preveni-lo:

– Doutor, é bom Vossa Mercê retirar seus teréns daí, porque hoje de noite vai chover.

– Qual nada, caboclo. Respondeu o doutor.

– Isso que você vê ali é um pluviômetro. Ele está acusando: vento leste, tempo seco sem previsão de chuva. O caboclo ia andando quando o inglês o chama.

– Diga-me uma coisa: em que se baseia para dizer que hoje vai chover?

– Por causa do jumento, doutor. Veja como ele está suado. Jumento suando na sombra é sinal de chuva.

O gringo riu a mais não poder do que acabava de escutar. No dia seguinte era o caboclo que ria da sabedoria do doutor, porque du-

rante a noite, caiu uma chuva de matar sapo afogado. E os teréns do doutor foram levados pela correnteza (GALENO, 1998, p. 16).

No Ceará, a tensão entre o saber científico e o popular se acirra quando o assunto transita entre as possibilidades de diagnosticar ou prognosticar a chegada e circulação das águas.¹⁵ Por se tratar de tema melindroso, entre os sertanejos há uma crença maior na capacidade nativa de prever o inverno. Os chamados profetas da chuva têm a responsabilidade de prognosticar o inverno de cada ano e neles é depositada considerável confiança, até hoje.

Na leitura exercida pelos adivinhadores das águas, a ordem do tempo é apresentada pelo desenrolar da fauna e da flora. É um saber que vem da dialética natureza-cultura. Não se trata de uma ligação sobrenatural; ao contrário, tais enunciados codificam-se na natureza que compõe homens, bichos, árvores. Tudo se realiza em face de uma cultura que forma a legitimidade de sujeitos como os “profetas da chuva” ou mesmo de livros que ensinam e endossam esse tipo de saber. A potência desses indivíduos se conecta com o poder da leitura e interpretação não só da natureza, como também do texto escrito. A linguagem e o formato das previsões são encontrados em um livro que tinha grande circulação entre os moradores do sertão: o *Lunário Perpétuo*. A autoridade do livro é destacada no romance de Domingos Olímpio sobre a seca de 1877. Em *Luzia Homem*, escrito também em fins do século XIX, a crença no Livro Perpétuo aparece como umas das últimas sentenças sobre o inverno. Nas palavras do autor,

Não havia mais esperança. Os horóscopos populares aceitos pela credence, como infalíveis: a experiência de Santa Luzia, as indicações do *Lunário Perpétuo* e a tradição conservada pelos velhos mais atilados, eram negativas, e afirmavam uma seca pior que a de 1825, de sinistra impressão na memória dos sertanejos,

¹⁵ Vale salientar que em outros temas, havia certa confiança nos cientistas por parte dos habitantes locais. Conforme Kury “a presença desses senhores da Corte não passava, assim, indiferente pelos sertões adentro. Eram procurados pelos habitantes das povoações onde passavam para atender os doentes, já que eram todos ‘doutores’” (KURY, 2012, p. 35).

pois olhos d'água, mananciais que nunca haviam estancado, já não marejavam (OLÍMPIO, 2002, p. 33).

Nessa tradição, o tempo tem sua ordem e ela se apresenta para homens atentos. O Lunário indica uma dimensão de organização e controle do tempo, entretanto, não impede os acontecimentos. A força de suas orientações se realiza, entre outras coisas, na proposta de dar ao homem a possibilidade de conversar com a natureza. Ou melhor, de ter esse diálogo registrado de forma escrita. O controle do tempo é proposto não apenas pelas “sábias” sugestões do livro, mas também pela possibilidade de prendê-lo na escrita (BOLLEME, 1969). A potência que vem da originalidade de tais sujeitos-profetas desenha uma certa aproximação com a ciência, na medida em que se organiza, também em páginas escritas, por meio de uma dada domesticação do mundo. Está no livro, assim como toda verdade que se preza no mundo moderno.

A leitura da natureza faz da água o grande tema da vida no sertão cearense. Desse modo, um poder que se experimenta nas terras do Ceará passa por aqueles que advinham, mas é fundamental dizer que o poder político e econômico coincide com a posse da água. Por isso mesmo, a solicitação de terras, desde a colônia, sinalizava a ocupação próxima ao leito dos rios. Como sugere Sobrinho, “embora completamente seco durante os longos meses do verão, visto como estas margens eram os terrenos mais valiosos pela sua constituição e principalmente porque as fontes de água estavam mui próximas, nos leitos dos rios e riachos” (SOBRINHO, 1940, p. 18). É ainda Thomaz Pompeu Sobrinho que infere, “no Ceará por toda parte há água abundante na profundidade do solo; mas, para ser usada, requer a abertura de poços ou cacimbas, muitas vezes profundos e dispendiosos” (SOBRINHO, 1940, p. 18). Sobrinho lembra que só alguns podiam fazer brotar a água que corria no subsolo. A concentração do líquido se limita a alguns poucos privilegiados que, desde longas datas, souberam fazer render a sua “sorte”.

Um deles era o senhor Maia, destacado nome em diferentes documentos do século XIX, e que recebeu de Gardner uma minuciosa apreciação:

Aracati, quando lá estive era suprida com água de qualidade tolerável, vinda de um poço perto da cidade; mas esperava-se ter em breve ótimo suprimento de uma fonte situada a cerca de uma légua de distância. Empenhava-se nisto um senhor Maia, natural de Gibraltar, que desde muitos anos se havia estabelecido em Aracati. Tendo obtido uma concessão do governo, construíra um canal de tijolos para a água, mas, a nascente, estando em nível muito inferior ao da cidade, requeria uma bomba de sucção para puxar a água. A água da fonte próxima que então se consumia era vendida pelas ruas em pequenos barris, levados em carrinhos quase sempre puxados por carneiros. O senhor Maia esperava compensar os seus gastos com o produto da venda da água, que certamente, por sua superior qualidade obteria preferência (GARDNER, 1975, p. 19).

Poços e cacimbas aproximavam a população da água, garantindo, aos que pagassem, regular acesso ao líquido quase sempre difícil de encontrar em rios e lagoas. Esses lugares assumem a condição de demarcadores de espaços na organização toponímica das cidades. Já no século XIX, na vila do Aracati havia a travessa da Cacimba e a Cacimba do Povo, pontos de conflito, disputas e favorecimentos (DINIZ, 2013). Afinal, como já foi dito, eram espaços com limitado acesso e controle assegurado com a ajuda de cerca e vigias. Tais estruturas de segurança não foram verificadas por Henry Koster, em 1810. Koster observa que a maioria dos poços ficava livre, desse modo, “o gado emporcalha quando vem beber” (KOSTER, 2003, p. 43). Nota-se que a construção de poços e cacimbas com fins comerciais foi um negócio aprimorado em meados do século XIX.

Alguns anos depois da passagem de Gardner pela Vila do Aracati, já é outro o nome que aparece como destaque na comercialização de água. Em 1860, Freire Alemão registra até mesmo o sabor da mercadoria vendida pelo Sr. Pacheco:

A água que se bebe na cidade é vendida todas as manhãs em barris, carregados em carros, trazendo cada carro 40 barris, e os vendem a 40 reis. A água é clara e de bom sabor, e fornecida por uma cacimba. A melhor água daqui é a de beirada, sítio do Sr.

Pacheco; é um olho d'água que dá sempre em abundância. Diz o Sr. Pacheco que de manhã é morna e ao meio dia mui fresca [...] passa esta água pela melhor potável de Aracati (ALEMÃO, 2006, p. 37).

Os lugares de boa água garantiam ao proprietário não apenas lucro com a venda, mas o cultivo de diferentes culturas nas terras irrigadas. Alemão registra que “a água que sai desta fonte é recebida em reservatórios com pequenas comportas e distribuída pelas hortas e canaviais até grande extensão. Aqui vi plantação de camélias, parreira, etc, etc” (ALEMÃO, 2006, p. 33). O botânico cita espécimes que necessitam de maior umidade, como é o caso das camélias, vistas, segundo Freire Alemão, somente no sítio do Sr. Pacheco, onde o visitante experimentou, finalmente, uma água digna de ingestão, pois na maioria dos lugares “a água é má e leitosa”.

O destaque que Freire Alemão dá para o sabor torna-se mais justificável quando notamos que beber água foi uma das mais difíceis tarefas de sua viagem pelo Ceará. Já Koster, que conheceu de perto as agruras de um ano seco, não pode experimentar diferentes tipos de água visto que seu relato é acompanhado pela sede constante:

Na manhã seguinte, prosseguimos o caminho exatamente da mesma maneira, mas ao meio dia, para nossa desolação não encontramos água. A cacimba estava seca. Demoramos algum tempo desapontados. Minha sede era grande pois não bebera durante a noite anterior [...] Depois do meio dia, o major sugeriu-me imitar seu exemplo, pondo uma pedrinha na boca, recurso tradicional dos sertanejos em tais ocasiões. Segui seu conselho e o processo produziu considerável umidade (KOSTER, 2003, p. 47).

Perseguidos também pelo drama da falta ou da precariedade, cientistas e viajantes viam-se constantemente às voltas com a necessidade do registro das águas do Ceará. Seus escritos assumem, de certo modo, o peso da angústia cotidiana na vida dos habitantes da Província que viviam e vivem a eterna dúvida sobre as chuvas. Em certa medida, o que se esperava dos homens que aqui chegavam cheios de aparelhos

e hábitos esquisitos era, “descobrir metais preciosos e fartar a província de águas”, dizia um habitante em conversa com Freire Alemão.

Mas Alemão percebeu que o problema não era exatamente a falta de água mas os meios para garantir a guarda do líquido que, quando abundante, também constituía problemas, pois “nas cheias do Jaguaribe, toda a cidade (Aracati) fica embaixo d’água, há casas que ficam com água pelas vergas das juntas e pelas ruas andam canoas e lanchas” (ALEMÃO, 2006, p. 29). Tentando entender o círculo das águas no Ceará, é o próprio Alemão que começa a inquirir. “Perguntando-lhes eu se o rio nas enchentes chegou a sua casa, responderam que em 39 havia chegado à verga da janela e em 42 à travessa de Carnaúba, que me mostraram, isto é, chegou ao telhado” (ALEMÃO, 2006, p. 31). O Jaguaribe da Vila do Aracati era abundante, de correnteza veloz. Naquela Vila, os visitantes tomaram conhecimento de um outro Ceará: o das inundações. Ali, o ano de 1942 era o mais lembrado e relatado aos de fora.

A aproximação com o rio Jaguaribe, ao longo da viagem até o Crato, mostrou as muitas faces desse território fluvial que se constituía, até então, na principal estrada para seguir pelo Ceará. O Jaguaribe ditava o território possível de ser explorado. Suas estradas de ribeira conduziam homens e gado província adentro¹⁶. Conforme Pompeu Sobrinho, “a penetração do interior era sobremodo facilitada pela disposição geral da hidrografia regional. Os rios não só indicavam e abriam o caminho do interior, como ainda forneciam elementos para fixação do colonizador” (CORTEZ, 2013, p. 19).

Naquela porção da estrada composta pelo Jaguaribe da vila de Aracati, o diário de Freire Alemão abriu espaço para uma descrição amena e quase idílica sobre as águas e as terras do Ceará. O autor salienta em vários parágrafos sua boa impressão sobre o lugar e seus recursos líquidos. Ali, foi-lhe servida “excelente água de que não me faltava”. A ribeira aparecia-lhe “coberta de carnaúbas e árvores soltas de várias naturezas magníficas e esparsadas”. Ali, o conceituado botânico

¹⁶ “[...] o Ceará foi primeiramente conhecido e apreendido pelas margens do rio Jaguaribe que correspondia ao principal caminho para o interior” (JUCÁ NETO, 2009, p. 17).

rendeu-se ao poderoso rio. Lançou-se às águas do Jaguaribe como faziam os que aqui viviam: em bandos e nus:

Quando cheguei ao rio já havia muita gente: raparigas, pretos e pretas que apanham água, algumas a lavarem crianças, etc, de sorte que me foi necessário caminhar em muito tempo para achar um lugar, que conviesse e cheguei-me para um dos poços grandes, formados junto a uma lage, mas aí perto estavam uns pescadores estendendo suas redes, e entre eles uma mulher. Não havia mais a escolher, despi-me e banhei-me à vista de Deus e de todo mundo. Grande quantidade de aves ribeirinhas passeava, voava, mariscava e cantava dando animação à paisagem (ALEMÃO, 2006, p. 32).

Cientistas e viajantes em marcha pela Província do Ceará ao longo de todo o século XIX, renderam-se à força das águas. A presença do líquido nas narrativas de escassez e abundância marcava a memória e o cotidiano dos habitantes locais fazendo com que os homens de ciência descrevessem essas experiências.

A partir dessas anotações, percebemos as muitas articulações de um saber produzido fora do laboratório. Um conhecimento feito no olho e uma compreensão ditada pelo susto. A “ciência a caminho” depara-se com o inesperado e muitas das instruções prévias foram momentaneamente suspensas diante das imagens que se apresentam ao pesquisador. A experiência de cientistas e viajantes que percorreram no século XIX a província do Ceará, fez com que esses homens dessem especial atenção à água e produzissem registros que foram, algumas vezes, além dos manuais das sessões científicas.

LETRAS QUE CONTAM

*“lá no meu sertão pro caboclo ler
tem que aprender um outro ABC”
ABC do Sertão,*

Luiz Gonzaga/Zé Dantas

Fiquei observando, de longe, a sala do teatro que, naquele momento, abrigava um curso de alfabetização para adultos. Alguns funcionários mais velhos procuravam aprender “a lei da escrita e da leitura”. Entre eles, um corpo destacava-se pela altura e pelos cabelos brancos. Ele mesmo tinha marcado nossa entrevista para depois daquela aula. Era julho de 2000, nosso segundo ano de entrevistas. Seu Muriçoca veio na minha direção com uma satisfação sem tamanho, e, antes de mais nada, me disse:

– Estou aprendendo a ler e escrever nessa idade, viu?

Sim, é verdade. Aos 88 anos, ele sentiu vontade de aprender a ler. Um sorriso meio forçado ajudava-me a partilhar com Seu Muriçoca tal contentamento. Alguma coisa me inquietava naquela notícia. Enquanto o escutava contar sobre as primeiras aulas, pensava em silêncio sobre seu desejo de aprender alguns códigos do mundo letrado.

Refletia sobre isso enquanto ele apontava, com o dedo, para algumas lições já resolvidas em seu caderno. Talvez a frase que melhor coubesse para o momento fosse: “Nunca é tarde para começar, não é, Seu Muriçoca?” Acho mesmo que cheguei a pronunciá-la.

Afinal, por que se interessara em aprender a ler aos 88 anos? Durante nossa convivência desde 1998, pensei em Seu Muriçoca como um homem da oralidade; indivíduo que conseguia driblar os percalços da vida com o poder da palavra falada. Confiava tanto nessa arma, que jamais havia falado da necessidade de saber ler e escrever. O letramento nunca foi temática central das suas narrativas, até mesmo quando falou do emprego de chamador nos Campos de Concentração, em 1932, destacando que sua função era ler e gritar o nome do pessoal na hora das refeições ou “ração”, como preferem dizer os depoentes. Apenas mencionou que, sem saber quase nada da escritura, saiu-se bem no ofício. Nem mesmo gaguejava. Gritava com força e segurança os nomes que havia decorado na lista. Nas poucas vezes que fez menção ao tema, falou que o pouco que aprendera já tinha esquecido.

Certamente, ele não teve muitas chances de estudar, mas se realmente o interessasse, teria dado um jeito de frequentar a escola. Teria sentado nos bancos do extinto Mobral, dos supletivos ou arranjaría matrícula em qualquer um desses cursos inventados pelo poder público para aumentar o percentual de alfabetizados do país. Se não o fez, é porque confiava no seu “palavrório”. Mas, aos 88 anos, Seu Muriçoca estava ali, numa sala de aula, querendo aprender a ler e escrever.

Durante a entrevista, percebia-se que tal situação não havia alterado a sua narrativa. Alguns meses de “letramento” modificariam uma experiência oral de 88 anos?

Mas o que eu tentava preservar? A ideia de um narrador puro, sem interesses pela cultura escrita? O que me inquietava ao vê-lo no banco de uma escola aprendendo o “bê-á-bá”? Pensava no interesse daquele narrador em conhecer o alfabeto, ou melhor, ser alfabetizado.

Lembrei que, diversas vezes, alguns temas me foram apresentados através de ABCs. Nas entrevistas e cordéis coletados durante a pesquisa, havia de fato tal recorrência. Mais uma vez, Seu Muriçoca me encaminhava para o território conflituoso entre o oral e o escrito. Naquela ocasião, o mote era o alfabeto e os ABCs.

Nos ABCs do cordel, a temática percorre todo o alfabeto, versando o assunto letra por letra. É uma trama que se urde entre a oralidade e a escrita. Estas narrativas se apresentam respeitando o conjunto

de códigos primários no aprendizado da escritura, ou seja, as 23 ou 26 letras que formam qualquer palavra.

Conhecendo o alfabeto, o indivíduo começa a ser integrado ao universo das letras. Tal inquietação me fez retornar às fontes (orais e escritas) procurando perceber como se estruturam os “versos abecedados”. O que se podia perceber da conexão letra e voz apresentada nesses versos?

Em 1996, realizei uma entrevista e depois não soube bem o que fazer com ela. Finalmente havia chegado o momento de tirar a poeira da fita e ouvir novamente as palavras do Pai Gomes.

A entrevista com Pai Gomes foi gravada quando estava em busca de informações sobre a seca de 1932, no município de Ipu. Alguns moradores da cidade mencionaram um senhor que, segundo eles, tinha muitas respostas sobre o assunto da pesquisa. Tratava-se de um homem centenário que morava longe da cidade, em casa localizada no meio de um sítio, rodeada por bichos. Com ele moravam um filho e a nora. Cheguei até o lugar isolado, com a ajuda de um de seus bisnetos.

Encontramo-lo deitado numa rede armada em um dos poucos cômodos da casa. Pai Gomes, como era carinhosamente chamado, nos olhava tentando identificar o parentesco que porventura mantínhamos com ele. Um dos olhos fora vencido pela catarata e ele procurava nos ver retorcendo o pescoço para o lado que ainda enxergava. Depois de algum tempo, identificou seu neto e insistia em saber de quem eu era filha, se também era parente. Com as devidas apresentações, desceu da rede e veio para o alpendre da casa. Segurava um cajado improvisado por um pedaço de madeira já polido pelo contato com as mãos.

Na ocasião, eu procurava narrativas sobre os Campos de Concentração em 1932. O município de Ipu abrigara uma das sete concentrações e Pai Gomes já tinha 38 anos durante aquela seca, fato que gerava a expectativa de um certo volume de informações sobre o episódio. Quando pedi para ele falar suas memórias daquele ano, achou melhor que eu ouvisse o poema do soldado francês que, aliás, durou quase oito minutos de uma narrativa impecavelmente recitada. Destaque para o sotaque afrancesado firmemente incorporado durante a declamação dos versos, que retratava a vida de um soldado francês em via-

gens pelo mundo. Sentado numa cadeira com acento de couro de boi, Pai Gomes lapidava sua pronúncia enquanto gesticulava o braço livre do cajado. Possivelmente já recitara tal poema uma centena de vezes para grupos de ouvintes. Aquela memória colocava-se não apenas nos versos, mas também na postura do corpo, desenhando um tempo e um espaço da oralidade.

Concluído o poema, insisti nas lembranças da seca de 1932 e Pai Gomes continuou seu “espetáculo”. Começou, então, a recitar o ABC da seca. Apressei-me para gravar, pois ele deu início sem avisar. Na hora de transcrever, algumas letras foram salteadas, já que, no momento em que Pai Gomes declamava o ABC, sem esperar que a letra **G** fosse anunciada, um **Galo** resolveu cantar. Tentei resistir ao galo sem desligar o gravador e naquele intervalo só é possível ouvir o “cocoricó”. Não foi recitado o “U”. Quando perguntamos por esta letra, nosso narrador afirmou que aquela letra não existia.

Transcrevo, portanto, o ABC da seca de 1915, narrado por Pai Gomes aos seus 101 anos:

“A - adeus, povo cearense
meus caros amigos adeus
recorremos na memória
os clamores que sofremos
em 1915 clamores que padecemos.

B - bondade não pode haver
naqueles tempos de horror...

E - enquanto os pobres humilhados
não tinham consolação
já pediam a Jesus Cristo
e à Virgem da Conceição
que lhe dessem um intuito
de uma boa contrição.

F - foi um só ano de seca
mas muita gente morreu
tempo tão horroroso

como aqui nunca se deu
uma extremidade dessas
o Ceará nunca sofreu.

G - governo não se falava
aqui para o nosso Estado
quase que se acaba tudo
à falta de um bocado
somente por não haver
na corte um rei coroadado.

H - homens grandes tinham muitos
mas eram sem piedade
faltava aquele que sempre
usava da caridade
porém os poderes de Deus
rebatiam a crueldade.

I - infernos tiveram uns poucos
espalhados no sertão
as estradas de rodagem
e açudes no salão
que os pobres buscavam eles
para escapar da precisão.

J - juntamente sempre vinham
em numerosa quantidade
os famintos derramando
sua lágrima pela estrada
os filhos chorando com fome
e as mães de dores passada.

K - kiau ali sobre a terra
pessoa de qualidade
sem ânimo para coisa alguma
só pela necessidade
porém trazia no seu coração
amor com a divindade.

L - lamentava Jesus Cristo
nesse horroroso tempo

de tão fortes padeceres
de tão grandes sofrimentos
pedindo consolação
ao Santíssimo Sacramento.

M - muita gente de hoje em diante
traz isso bem decorado
nunca mais sai do sentido
lembranças do passado
da grande devoração
que se deu em nosso Estado.

N - na verdade meus amigos
em nossa pátria natal
um ano como esse 15
nunca se viu outro igual
porém foi determinado
pelo Deus do tribunal.

O - orrível sem domicílio
estava o povo brasileiro
se tinha qualquer recurso
traziam mais prisioneiro
mais quando entrou a seca do 15
foi mesmo que um cativoiro.

P - pegou grandes e pequenos
botou tudo em uma altura
cortou a ponta da língua
de algumas criaturas
botou para o sofrimento
gente de boa figura.

Q - quando caíram no chicote
do 15 velho falado
logo aí abriram os olhos
que estavam vivendo errado
pois nosso Pai Celeste
não trai ninguém enganado.

R - rogamos a Deus do céu
filho da Virgem Maria
que nos queira perdoar
os pecados que cometíamos
para ver se alcançamos
o reino de alegria.

S - setenta e sete que foi
três anos de sequidão
oitenta e oito também
que foram dele irmãos
mas como a seca do 15
não teve comparação.

T - trezentos contos de réis
veio para nos socorrer
em 1915
assim ouvimos dizer.

V - veio esse dinheiro todo
aqui para o nosso Estado
mas em nossa capital
foi ele inventariado
talvez que os inventariantes
ficassem com um bocado.

X - xarope de amargura
os brasileiros bebiam
obrigando a natureza
para ver se não morriam
caindo no cativeiro
dos trabalhos que haviam.

Z - zombando estavam os grandes
daqueles mais atrasados
porém o 15 anunciou
a muitos homens ilustrados
devorou suas riquezas
e acabou-se esse fado.”

No seu ABC, Pai Gomes apresenta um desafio com o alfabeto, ou melhor, um desafio ao alfabeto do A até o Z. A cultura oral em versos é capaz de fazer estrofes rimadas respeitando a sequência determinada pela ordem dos signos alfabéticos. Trata-se de um alfabeto inscrito na memória que não conhece ou pouco conhece a grafia. A identificação imediata se dá com os sons da língua e, nesse caso, “orrível” pode começar pela letra O, assim como o K introduz o verbo “Kaiu”. Em outros exemplos, o K pode ser “kaboclo”, “kalendário”, “kuando”. “Xoveu” pode começar com X, bem como “Yluminados” pode garantir a presença da difícil letra Y.

Contudo, quando o poeta mantém maiores ligações com o mundo letrado e não consegue uma palavra com as letras mais difíceis, tematiza a própria dinâmica do alfabeto e suas complexidades. No ABC do cachaceiro, José Costa Leite assim resolve sua peleja com o K e o Y:

“K - K a nova fonética
Dispensou do alfabeto
Entre as 25 letras
Ela perdeu seu afeto
Não dá pra este ABC
Mas fiz o verso completo

Y - Y é outra letra
Que perdeu a sua vez
Porque nosso alfabeto
Resta agora 23
Pela modificação
Que a nossa fonética fez.”

Neste desafio, nenhuma letra pode render o poeta. A ordem das letras deve ser enfrentada de qualquer maneira. A temática da cachaça é ligeiramente abandonada e o espaço é preenchido com algumas considerações sobre a própria estrutura do alfabeto, ou melhor, sobre o valor da letra difícil, negada pelo seu próprio lugar de existência – o alfabeto. Afinal, só no alfabeto as letras existem enquanto tais. Quando dali saem, transformam-se em palavras, frases, poesias, romances, contos.

A aproximação dos cordelistas com as letras já começa na própria tipografia. Até hoje, existem cordéis que são formatados por “tipos”, feitos letra a letra, em seguida guardadas em seus respectivos lugares definidos por letras-tipos. Percebe-se um envolvimento com a materialidade da letra. Antes mesmo de ir para o papel, ela é um objeto potente na produção do material impresso. A coisa letra se coloca na mão do artesão que pacientemente a transforma em uma peça do prelo, para então virar texto impresso. No caso do computador, as letras ganham um corpo mais efêmero, sem presença afetiva.

Voltando ao Pai Gomes, é interessante observar que a memória guarda esses poemas com um tipo de erudição no ato de recitá-los. Antes de iniciar a declamação dos versos, ele falava um português arrastado, capenga, com erros de concordância. A sua oralidade mais cotidiana não se prendia às normas cultas; entretanto, o ABC é recitado com ares de nobreza. Os SS e RR foram todos muito bem pronunciados. A gramática foi apresentada sem vacilos: “que Deus nos queira perdoar os pecados que cometíamos”. Mas tal performance não parte senão de um exercício da memória. A gramática, aqui, nada tem a ver com os bancos escolares, mas com uma cultura marcada pela oralidade, capaz de memorizar frases difíceis para não comprometer o que mais importa na fala: reunir um público para ser ouvida. Se não for sedutora, a palavra falada não cumpre a sua missão. Neste caso, quanto mais diferente da fala cotidiana, mais espetacular, pois gesta o que estranha e fascina. O desafio é congregar orador e ouvinte em um mesmo tempo, conquistado pelo movimento de sedução performática. Por isso a proeza do narrador não é para qualquer um.¹⁷

No caso dos ABCs em que o alfabeto é ressaltado como um núcleo apreciado pelos poetas orais, não há um tempo que começa no A e termina no Z. Para esses autores, que guardam íntima relação com as artimanhas da oralidade, o mundo não começou com as letras; antes, a

¹⁷ A ideia de Paul Zumthor sobre a performance tenta explicar ainda melhor esse conceito fundamental no estudo da tradição oral. Em um outro texto, Zumthor explica que “quando a comunicação e a recepção coincidem no tempo, temos uma situação de performance” (ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993. p. 19).

história já existia. Grande parte dos ABCs não começa no A e tampouco termina no Z. É um tempo que transborda a ordem do próprio homenageado; no caso em questão, o alfabeto. Antes do A, portanto, pode haver uma apresentação:

“Prezado leitor amigo
Vou agora descrever
Em regra de sete linhas
A forma de um ABC
Sobre algumas creaturas
De qualidade escura.”
(Enoque Pinheiro, *ABC dos negros*)

Antes do A existe o poeta que se apresenta na forma de um acróstico:

“Glória a Deus nas alturas
Excelso pai infinito
Rimo agora este folheto
Será bem feito e escrito
O ABC da justiça
Na lei de Chico de Brito”
(Gerson Lucena, *ABC da Justiça*)

Depois do Z o autor continua a sua história:

“Leitor eu sou da Paraíba
Um seu filho ou um seu membro
Creia nasci no sertão
Eu sei, afirmo, me lembro
Nasci lá em vinte e sete
A dezoito de dezembro”
(Gerson Lucena, *ABC da Justiça*)

Não importa apenas o que é falado, e sim como está sendo falado, narrado, recitado, declamado ou mesmo registrado nos folhetos de cordel. Nesse caso, é o formato que indica mais visivelmente a tensão entre o oral e o escrito. Naquela manhã, não foi o depoimento de Seu

Muriçoca que me fez pensar sobre tais conflitos, mas sobretudo a montagem de uma narrativa exterior à sua própria voz. Ganhou maior significação o olhar sobre aquele senhor, assistindo a aulas de alfabetização. A espera do início da entrevista, marcada por aquela paisagem seguida de uma performance em que “o meu narrador” apontava, com o dedo, letras em seu caderno. Não lembro exatamente sobre o que falamos, mas a composição do cenário construía uma narrativa paralela à entrevista, e foi esse movimento que engendrou o texto mais evidente daquele tarde.

Também os ABCs compõem um formato significativo para a construção das interpretações expostas até aqui. Nestas formas em que as letras ganham força separadamente, observo as pelepas travadas entre a oralidade e a escritura na experiência de certos indivíduos.

A cultura oral presente em tais cordéis põe em relevância a ordem alfabética. Ainda que a maioria dos “cordelistas” seja letrada, tais ABCs ancoram-se no tempo da palavra falada, estabelecendo uma ambígua relação com a escrita – uma ligação que exalta as letras de onde origina toda a escrita – e, ao mesmo tempo, fazem isso em nome, também, da oralidade.

Em certo sentido, somente um olhar enredado na oralidade apresentaria o alfabeto de maneira tão performática. No caso dos ABCs, a experiência oral lembra que as palavras são formadas por letras e que tais signos possuem um lugar onde a ordem impera. Detalhes não muito visíveis para os que vivem só da escrita.

Na aventura de pensar o alfabeto a partir dessas vivências na oralidade, uma pequena frase do texto de Emile Cazade e Charles Thomas, sobre a criação do alfabeto latino, ecoou com precisão dentro da pesquisa dos ABCs da oralidade: “saber ler é deixar de ver a letra [...]” (CAZADE; THOMAS, 1987, p. 179). Pensando de modo inverso, eu poderia dizer que a maior intimidade com o mundo oral leva a uma apreciação dos tais signos na solidão de serem letras.

Os signos mortos ganham vida no jogo de desafiar o próprio signo. Nestas pelepas, as letras são despertas numa reverência que ressalta a ordem alfabética como adversária do poeta. Ao mesmo tempo, esta se coloca como uma espécie de objeto do desejo, negado e reafirmado pela

oralidade dos versos de cordel na forma dos ABCs. São também amostras de como esse tipo de oralidade desafia o que há de mais ordenado e supremo no mundo escrito – o alfabeto. Nos ABCs do sertão, a memória oral cria movimentos que brincam com o mundo escrito.

Em alguns casos, o poeta não se contenta em apresentar a letra em destaque somente na primeira palavra, mas em quase todas as palavras que iniciam o verso da estrofe. Exemplo disso é o que faz Gerson Lucena no ABC da Justiça:¹⁸

“A - Assassino arruaceiro
Aluno da jogatina
Amigo das coisas alheias
Assaltador de esquina
Ou tu deixa essa má vida
Ou a justa te ensina”

Segundo Câmara Cascudo (1988) existem registros dos abecedários desde o ano de 393, quando Santo Agostinho compôs uma poesia contra as dinastias seguindo este gênero. Tal poesia ficou conhecida como *Psalmus Abecedarius*. No Brasil, o primeiro de que se tem notícia é o ABC da Batalha de Ituzaingo e data de 1827.¹⁹ A ideia de ressaltar a matriz do mundo escrito demonstra o poder que estes primeiros textos queriam impor. É antes de tudo uma batalha entre os que detinham as letras e os outros. Possivelmente, é também uma forma de reafirmar a novidade da escrita para os muitos “ignorantes” que habitavam estas terras e que somente tiveram acesso aos respectivos textos através da leitura oral. Convém lembrar que também a hegemonia do mundo escrito não se deu de forma pacífica. Nos escritos atribuídos a Sócrates, se coloca o seguinte incômodo: “a escrita destrói a memória... e enfraquece a mente” (ONG, 1998, p. 4).

Mesmo considerando que o próprio Sócrates possa ser uma criação literária, tivesse ele a oportunidade de conhecer o sertão do

¹⁸ CANTEL, Raymond. *La littérature populaire bresilienne*. Poitiers: Centre de Recherches Latino-americanes, 1993. p. 301.

¹⁹ Id.

Ceará iria ficar satisfeito com a frustração de sua inferência. Até os grupos e pessoas que mantêm ligações com o mundo escrito, confirmam a força da memória na aventura da oralidade. Patativa do Assaré é um dos representantes mais legítimos dessa afirmação. Como salienta Gilmar de Carvalho, “a escrita de Patativa não foi capaz de trair sua voz” (CARVALHO, 1999, p. 14). Em um dos desafios que Patativa fez ao seu neto para compor glosas,²⁰ os dois chegaram na hora e lugar marcados. “Geraldo chegou com sua caderneta de anotações, Patativa, arrogante, exibida, como único aparato, sua memória” (CARVALHO, 1999, p. 16). Esse é o instrumento que o torna diferente dos outros. Soletra o mundo com o olhar de quem enxerga não só as letras, mas também o movimento dos bichos, das plantas, dos rios, das pessoas e da voz. Patativa brinca com o alfabeto em face de temas que muitos só conhecem de leituras que não enxergam mais as letras. Entre outros alfabetos, elaborou um sobre a seca no Nordeste. Intitula-se o ABC do Nordeste Flagelado:

“A – ai como é duro viver
nos estados do Nordeste
quando o nosso pai celeste
não manda a nuvem chover,
é bem triste a gente ver
findar o mês de janeiro
depois findar fevereiro
e março também passar
sem o inverno começar
no Nordeste brasileiro.

B - berra o gado impaciente
reclamando o verde pasto,
desafigurado e arrasto
com o olhar de penitente

²⁰ Dois poetas se desafiam mutuamente para versejar de improviso estrofes que seguem uma métrica definida por ambos. Cada um sugere um mote ao outro, que deve imediatamente compor sua glosa rimando metricamente com o mote sugerido, que será a última frase da estrofe.

o fazendeiro descrente
um jeito não pode dar
o sol ardente a queimar
e o vento forte soprando,
a gente fica pensando
que o mundo vai se acabar.

C - caminhando pelo espaço
como os trapos de um lençol
pras bandas do pôr-do-sol
as nuvens vão em fracasso;
aqui e ali um pedaço
vagando... sempre vagando
quem estiver reparando
faz logo a comparação
de umas pastas de algodão
que o vento vai carregando.

D - de manhã, bem de manhã,
vem da montanha um agouro
de gargalhada e de choro
da feia e triste cauã
um bando de ribança
pelo espaço a se perder,
pra de fome não morrer
vai atrás de outro lugar
e ali só há de voltar
um dia quando chover.

E - em tudo se vê mudança
quem repara vê até
que o camaleão que é
verde da cor de esperança
com o flagelo que avança
muda logo de feição
o verde camaleão
perde a sua cor bonita
fica de forma esquisita
que causa admiração.

F - foge o prazer da floresta
o bonito sabiá
quando flagelo não há
cantando se manifesta
durante o inverno faz festa
gorgeando por esporte
mas não chovendo é sem sorte
fica sem graça e calado
o cantor mais afamado
dos passarinhos do norte.

G - geme de dor, se aquebranta
e dali desaparece
o sabiá só parece
que com a seca se encanta
se outro pássaro canta
o coitado não responde;
ele vai não sei pra onde,
pois quando o inverno não vem
com o desgosto que tem
o pobrezinho se esconde.

H - horroroso, feio e mau
de lá dentro das grotas
manda suas feias notas
o tristonho bacurau
canta o João Corta-pau
o seu poema numério
é muito triste o mistério
de uma seca no sertão
a gente tem impressão
que o mundo é um cemitério.

I - ilusão, prazer, amor
a gente sente fugir
tudo parece carpir
tristeza, saudade e dor
nas horas de mais calor
se escuta pra todo lado
o toque desafinado

da gaita da siriema
acompanhando o cinema
no Nordeste flagelado.

J - já falei sobre a desgraça
dos animais do Nordeste;
com a seca vem a peste
e a vida fica sem graça.
Quanto mais dias se passa
mais a dor se multiplica
a mata que já foi rica,
de tristeza geme e chora
preciso dizer agora
o povo como é que fica.

L - lamenta desconsolado
o coitado camponês
porque tanto esforço fez
mas não lucrou seu roçado
num banco velho sentado
olhando o filho inocente
e a mulher bem paciente
cozinha lá no fogão
o derradeiro feijão
que ele guardou pra semente.

M - minha boa companheira
diz ele, vamos embora,
e depressa, sem demora
vende a sua cartucheira
vende a faca, a roçadeira
machado, foice e facão
vende a pobre habitação
galinha, cabra e suíno
e viajam sem destino
em cima de um caminhão.

N - naquele duro transporte
sai aquela pobre gente
aguentando paciente

o rigor da triste sorte
levando a saudade forte
de seu povo e seu lugar
sem nem um outro falar
vão pensando em sua vida
deixando a terra querida
para nunca mais voltar.

O - outro tem opinião
de deixar mãe, deixar pai
porém para o sul não vai
procura outra direção
vai bater no Maranhão
onde nunca falta inverno
outro com grande consterno
deixar o casebre e a mobília
e leva sua família
pra construção do governo.

P - porém lá na construção
o seu viver é grosseiro
trabalhando o dia inteiro
de picareta na mão
pra sua manutenção
chegando dia marcado
em vez do seu ordenado
dentro da repartição
recebe triste ração
farinha e feijão furado.

Q - quem quer ver o sofrimento,
quando há seca no sertão
procura uma construção
e entra no fornecimento
pois, dentro dele, o alimento
que o pobre tem a comer,
a barriga pode encher
porém falta a substância
e com esta circunstância
começa o povo a morrer.

R - raquítica, pálida e doente,
fica a pobre criatura
e a boca na supultura
vai engolindo o inocente
meu Jesus! Meu pai Clemente,
que da humanidade é dono
desça de seu alto trono
da sua corte celeste
e venha ver seu Nordeste
como ele está no abandono.

S - sofre o casado e o solteiro
sofre o velho, sofre o moço,
não tem janta, nem almoço
não tem roupa nem dinheiro
também sofre o fazendeiro
que de rico perde o nome
o desgosto lhe consome
vendo o urubu esfomeado
puxando a pele do gado
que morreu de sede e fome.

T - tudo sofre e não resiste
este fardo tão pesado
no Nordeste flagelado
em tudo a tristeza existe
mas a tristeza mais triste
que faz tudo entristecer
é a mãe chorosa a gemer
lágrimas dos olhos correndo
vendo seu filho dizendo:
mamãe eu quero comer.

U - um é ver, outro é contar
quem for reparar de perto
aquele mundo deserto
dá vontade de chorar
ali só fica a teimar
o juazeiro copado
o resto é tudo pelado

da chapada ao tabuleiro
onde o famoso vaqueiro
cantava tangendo o gado.

V - vivendo em grande maltrato
a abelha zumbindo voa,
sem direção, sempre à-toa,
por causa do desacato
à procura de um regato
de um jardim ou de um poema
vagando constantemente
sem encontrar a inocente
uma flor para pousar.

X - xexéu, pássaro que mora
na grande árvore copada
vendo a floresta arrasada
bate as asas, vai embora
somente o saguim demora
pulando a fazer careta
na mata tingida e preta
tudo é aflição e pranto
só por milagre de um santo
se encontra uma borboleta.

Z - zangado contra o sertão
dardeja o sol inclemente
cada dia mais ardente
tostando a face do chão
e mostrando compaixão
lá do infinito estrelado
pura, limpa, sem pecado
de noite a lua derrama
um banho de luz no drama
do Nordeste flagelado.

Posso dizer que cantei
Aquilo que observei
Tenho certeza que dei
Aprovada relação

Tudo é tristeza e amargura,
Indigência e desventura
Veja leitor, quanto é dura
A sêca no meu sertão.

A lembrança do Pai Gomes me fez traçar este olhar sobre os ABCs do sertão. Mas o desassossego começou em outro lugar. Pai Gomes já foi um desdobramento daquele inquietante encontro com Seu Muriçoca em dezembro de 2001, depois de seu curso de alfabetização, quando mostrava letras e sílabas que ele mesmo escrevera sobre o seu caderno.

Estendendo o diálogo com essas tantas pessoas, ficaram mais claras as sensações que atravessaram aquele dia em que Seu Muriçoca carregava, de forma visível, caderno e lápis. Preferia continuar com a dúvida sobre o conteúdo da sua pasta preta, aquela que trazia nos encontros anteriores e que jamais soube o que guardava.

Seu Muriçoca sabe do domínio que exerce com a narrativa. Também sabe que virou celebridade por causa de suas histórias. Isso pode significar que ele faz de suas aulas uma alegoria a mais para suas narrativas de vida. É como se desconfiasse que o tal acontecimento render-lhe-ia mais sucesso. Contudo, não se rende ao mundo da escrita e a palavra falada continua sendo sua arma. O seu desafio às letras não aparece na forma dos ABCs, mas no fato de querer aprender a ler “nessa idade”.

Depois desse episódio, nenhuma biografia de Seu Muriçoca deixaria de lembrar sua bravura e força de vontade ao tentar aprender a ler aos 88 anos. Acostumado a aparecer nos jornais e TV como um “tipo popular da cidade”, poderia ampliar sua participação em programas que ressaltam a importância de saber ler e escrever. A supremacia da escrita é também manipulada por aqueles que dominam a outra margem do rio, pelos que trafegam nas ondas da voz. Seu Muriçoca, Pai Gomes e Patativa proclamam a vida da memória. As histórias do mundo escrito servem de mote para suas novelas, e a participação de Seu Muriçoca no curso de alfabetização deve gerar uma boa história para ser contada e ouvida.

BIBLIOGRAFIA

ALBANO, Idelfonso. Jeca Tatu e Mané Xique-Xique. Fortaleza: Secretaria da Cultura, 1969.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALEMÃO, Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão, 1859*. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2006.

ALVES, Joaquim. *História das secas: séculos XVII e XIX*. Fortaleza: Fundação Valdemar Alcântara, 2003.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOLLEME Geneviève. *Les almanaches populaires au XVII et XVIII siècles*. Paris: Ecole Pratique des Hautes Études-Sorbonne, 1969.

BRAGA, Renato. *História da comissão científica de exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Memória/Sertão: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão*. São Paulo: Cone Sul, 1998.

BRASIL. Thomaz Pompeo de Souza. *Memória sobre o clima e secas do Ceará*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877.

- CABOCLO, Manoel. *Almanaque o Juízo do ano*. Juazeiro do Norte, CE: Tipografia do autor, 1977.
- CANTEL, Raymond. *La litterature populaire bresilienne*. Poitiers: Centre de Recherches Latino-americanes, 1993. p. 301.
- CAPANEMA, Guilherme Schüch (barão de). *A seca do Norte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.
- CAPANEMA, Guilherme Schüch (barão de). *Apontamentos sobre secas do Ceará*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.
- CARVALHO, Gilmar de. Brincando de poesia. In: ASSARÉ, Patativa do; ALENCAR, Geraldo Gonçalves de. *Ao pé da mesa: motes e glosas*. São Paulo: Terceira Margem; Fortaleza: Secult-CE, 2001.
- CASCUDO, Câmara. *Câmara: Tradição, ciência do povo*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- CASCUDO, Câmara. *Contos tradicionais do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Global, 2000.
- CASCUDO, Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2000.
- CASCUDO, Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1988.
- CAZADE, Emile; THOMAS, Charles. Alfabeto. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, v. 11, 1987. p. 179.
- CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. Em torno da Estrada de Ferro de Baturité. A construção de um novo Ceará (1870-1926). In: FUNES, Euripede; RIOS, Kênia, CORTEZ, Ana Isabel, MAIA NETO, Emy falcão. *Natureza e cultura: capítulo de história social*. Fortaleza: expressão gráfica, 2013.
- CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2000. (Coleção. Brasil 500 anos).
- DEAN, Warren. *A luta pela Borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

DINIZ, Nilo Bezerra. No curso das águas. Natureza e cultura nas águas de Aracati do século XIX(1835-1860). In: FUNES, Euripede; RIOS, Kênia, CORTEZ, Ana Isabel, MAIA NETO, Emy falcão. *Natureza e Cultura: capítulos de história social*. Fortaleza: expressão Gráfica, 2013.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GABAGLIA, Giacomo Raja. *Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877.

GABAGLIA, Giacomo Raja. *Porto da cidade da Fortaleza ou do Ceará*. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860.

GALENO, Alberto. *Seca e inverno nas “experiências” dos matutos cearenses*. Fortaleza: [s.n.], 1998.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: editora Itatiaia; São Paulo: editora da Universidade, 1975.

GOETHE. *Fausto*. Madrid: Colécion Austral, 2000.

HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

JERONYMO CORTEZ, Valenciano. *O non plus ultra do Lunário e prognósticos perpétuo geral e particular para todos os reinos e províncias (1703)*. Lisboa: Editorial Vegaveja, [19--?].

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. *Primórdios da rede urbana cearense*. Revista de Geografia da UFC, Fortaleza. Ano, v. 08, número n. 16, 2009.

KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. Fortaleza: editora ABC, 2000.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2003.

KURY, Lorelay Brilhante et al. (Org.). *Sertões adentro: viagens nas caatingas séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jacobsson Estúdio, 2012.

- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2. ed. São Paulo: ed. Unicamp, 1986.
- LIMA, Francisco Assis de Sousa. *Conto popular e comunidade narrativa*. Rio de Janeiro: Funarte: Instituto Nacional do Folclore, 1985.
- LOPES, Francisco Regis. *João de Cristo Rei: o profeta de Juazeiro*. Fortaleza: Secult-CE, 1996.
- LOPES, Régis. *O meio do mundo*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.
- LOPES, Ribamar. *Cordel: mito e utopia*. São Luís: FUNC, 1986.
- MAGALHÃES, Jósa. Previsões folclóricas das secas e dos invernos no Nordeste brasileiro. In: SERAINE, Florival. *Antologia do folclore cearense*. 2. ed. Fortaleza: UFC, 1983.
- MORALES, Lucia Arrais. *Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha*. São Paulo: Annablume, 2002.
- NEVES, Frederico de Castro. *Imagens do Nordeste: a construção da memória regional*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994.
- OLIMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. Rio de Janeiro: São Paulo: Fortaleza: editora ABC, 2002.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. São Paulo: Papyrus, 1998.
- PIMENTEL, Altimar. *Sol e chuva, ritos e tradições*. Brasília: Thesarus, 1980.
- POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Alguns aspectos da geografia humana cearense. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, n. 54, p. 153-192, 1940.
- POMPEU SOBRINHO, Thomaz. *História das secas: (século XX)*. 2. ed. [Mossoró]: [ESAM], 1982, 539 p. (Mossoroense, v. 226, Série C;).
- PROPP, Vladimir. *As raízes históricas do conto maravilhoso*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RIBEIRO, Leda Tamega. *Mito e poesia popular*. Rio de Janeiro: Funarte: Instituto Nacional do Folclore, 1986.

RIOS, Kênia Sousa. Tempo, ciência e profecia em assuntos de sol e chuva. In: Funes, Euripedes et. al. (Org.). *Natureza e cultura: capítulos de história social*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.

RIOS, Kênia Sousa. A Comissão científica e a seca do Ceará. In: RIOS, Kênia Sousa. *A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema ou Raja Gabaglia*, Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2006.

SERAINÉ, Florival. *Antologia do folclore cearense*. 2. ed. Fortaleza: UFC, 1983.

STUDART, Guilherme (barão de). *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará: memória apresentada ao 4.º Congresso Médico Latino-Americano do Rio de Janeiro*. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1909.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TRABALHOS da Comissão Científica de Exploração, I – Introdução. [1862].

VERNE, Júlio. *A jangada: 800 léguas pelo Amazonas*. São Paulo: Planeta, 2003.

VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: história das secas nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000.

A AUTORA

Kênia Sousa Rios

Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará desde 2003. Mestre e Doutora pela PUC de São Paulo. Publicou diversos artigos em revistas nacionais sobre a relação História e Memória, História e Museu. Mais recentemente, coordena o Grupo de Pesquisa sobre História, Memória, Natureza e Cultura.

Visite nosso site:
www.imprensa.ufc.br



Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará – UFC
Av. da Universidade, 2932 – fundos – Benfica
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
CEP: 60020-181 – Fortaleza – Ceará
imprensa.ufc@pradm.ufc.br

A Universidade Federal do Ceará contribui por excelência para a educação e para a ciência em nosso país. Como um dos seus avanços acadêmicos, merece destaque o desenvolvimento da pós-graduação, que fortalece o pilar da formação de recursos humanos por meio da pesquisa.

A pós-graduação brasileira, sistematicamente avaliada nas últimas décadas, ganha credibilidade, e seus pesquisadores gozam de reconhecimento internacional. Nesse processo, o livro integra a produção intelectual acadêmica das múltiplas áreas que compõem o quadro científico da Universidade e apura os esforços dos pesquisadores que veiculam parte de sua produção nesse formato.

A Coleção de Estudos da Pós-Graduação foi criada, portanto, para apoiar os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFC e consolidar uma política acadêmica, científica e institucional de valorização da pesquisa, ao franquear o curso da produção intelectual em forma de livro.

ISBN 978-85-7485-232-4



9 788574 852324